



**AEDAS**

**Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

## **PARECER TÉCNICO Nº 01/2021**

**REQUERENTE:** Comissão de atingidos de Barra Longa/MG

**ASSUNTO:** Parecer Técnico sobre o procedimento de cancelamento/diminuição do auxílio financeiro com base na decisão (ID 276019876) proferida nos autos do processo nº 1024354-89.2019.4.01.3800.

### **1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS:**

No dia primeiro de julho 2020, a Fundação Renova (FR) lançou comunicado informando que *“deu início ao cancelamento do pagamento do auxílio financeiro emergencial (AFE) para aqueles casos concedidos na fase emergencial que não preenchem os requisitos do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e para aqueles que já tiveram restabelecidas as condições para retomada de atividade econômica ou produtiva, com base nos resultados de estudos técnicos e científicos produzidos e compartilhados com os órgãos públicos.”*. O informativo também aponta que os pagamentos de agosto, setembro e outubro, seriam feitos de forma definitiva e única. Ainda segundo a nota, o informativo para as famílias se daria por meio de cartas.

Diante da gravidade e risco criado pela ação executada pela Renova, que segundo a mesma compreendeu em 2020 um universo de 7.681 cancelamentos, a ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, representando a Instância de Assessoramento Jurídico do Comitê Interfederativo (IAJ-CIF), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Agência Nacional de Mineração - ANM (DNPM) e Agência Nacional de Águas (ANA), levou a situação ao excelentíssimo juízo da 12ª Vara Federal cível e agrária de Belo Horizonte, o qual decidiu (ID 276019876):

Ante o exposto e fiel a essas considerações, **DEFIRO A LIMINAR** pleiteada pela ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO para afastar o corte indiscriminado e, via de consequência, determinar o **imediato restabelecimento do pagamento do AFE** pela Fundação Renova nos casos em que o fundamento utilizado tenha sido a existência de fraude.



**AEDAS**

**Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

Constatada a existência de irregularidade e/ou fraude na concessão do AFE, caberá à Fundação Renova instaurar **procedimento específico, individualizado**, com um mínimo de contraditório, notificando previamente o suposto interessado para apresentar esclarecimentos. Eventual suspensão/cancelamento deve ser objeto de **decisão individualizada, fundamentada**, especificando claramente os motivos que levaram à decisão.

(...)

Ante o exposto e fiel a essas considerações, **DEFIRO A LIMINAR** pleiteada pela ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO para afastar o corte unilateral e, via de consequência, determinar o **imediato restabelecimento do pagamento do AFE** pela Fundação Renova nos casos em que o mesmo tenha sido cancelado sob o argumento de retorno das condições ambientais para fins de pesca e agropecuária.

(...)

Ante o exposto e fiel a essas considerações, **DEFIRO A LIMINAR** pleiteada pela ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO para afastar a alegação de ausência de impacto na região costeira e, via de consequência, determinar o **imediato restabelecimento do pagamento do AFE** pela Fundação Renova aos atingidos de **SÃO MATEUS/ES, CONCEIÇÃO DA BARRA/ES, SERRA/ES e FUNDÃO/ES**.

Não obstante a decisão tenha determinado o **imediato restabelecimento do pagamento do AFE** pela Fundação Renova, em diversas situações, criou regime de transição para o encerramento do benefício em favor das categorias "pescadores de subsistência" e "agricultores de subsistência", in verbis:

In casu, entendo que o AFE deve ser mantido a essas categorias ("pesca de subsistência" e "agricultura de subsistência"), na sua integralidade, até o final desse ano (dezembro/2020), inclusive.

A partir de janeiro/2021 o AFE deverá ser reduzido para 50% (cinquenta por cento) do valor pago, sendo mantido até junho/2021.

A partir de julho/2021, o AFE deverá ser substituído pela compensação da perda da proteína pelo "pescador de subsistência" (KIT PROTEÍNA) ou perda da alimentação pelo "agricultor de subsistência" (KIT ALIMENTAÇÃO), sendo ambos mantidos até que a prova pericial produzida em juízo ateste o retorno das condições ambientais.

A decisão, segundo o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo e a Defensoria Pública da

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

União, apresentou obscuridades, sendo-lhe oposta embargo de declaração, com os seguintes objetos:

(i) que seja corrigida a contradição referente à exclusão de toda a categoria de **pesca e agricultura artesanais** (considerados equivocadamente como de subsistência), sem observância da fundamentação individual pela Fundação Renova, a qual fora determinada na própria decisão; (ii) que seja **reconhecido o direito ao devido processo legal a todos os casos** e não apenas quando houver indícios de fraudes, inclusive delimitado um procedimento específico para análise e cancelamento de auxílios financeiros emergenciais pela Fundação Renova, conforme sugestão a ser descrita nos presentes embargos, em especial no que se refere à possibilidade de recurso; (iii) que seja proferida decisão acerca das **outras categorias** (areeios, comércio, turismo, residência, lavadeiras, faiscadores) que de pessoas atingidas que receberam a comunicação de interrupção do AFE.

Ao apreciar o embargo, o juiz competente (i) rejeitou os embargos de declaração no que tange à alegada contradição entre as categorias de subsistência e artesanais; (ii) acolheu parcialmente os embargos de declaração, apenas para assentar que todo e qualquer corte (ou suspensão) de AFE reclama, obrigatoriamente, por parte da Fundação Renova, a observância do devido processo legal, consistente em notificação prévia, contraditório e ampla defesa, seguido de decisão individualizada, fundamentada, especificando minuciosamente os motivos que levaram à conclusão; (iii) acolheu os embargos de declaração apenas para assentar que, nos termos da decisão embargada, a proibição de comportamento unilateral (e arbitrário) da Fundação Renova, no que tange ao corte (ou suspensão) do AFE, se aplica a todas as categorias de atingidos, indistintamente; e, (iv) complementou a DECISÃO ID 276019876, determinando que o regime de transição deve ser alongado durante todo o ano de 2021, de modo que a Fundação Renova não poderá implementar a substituição do AFE pelo KIT Proteína e/ou KIT alimentação em julho deste ano, os quais ficam, desde já, postergados para somente 2022, em data a ser definida oportunamente por este juízo.

Diante da breve síntese apresentada, faz-se necessário levantar algumas considerações sobre o direito em disputa, a partir do olhar das vítimas, das repercussões fáticas e jurídicas nos territórios atingidos, assim como observando-se a jurisprudência internacional de direitos humanos relativa ao tema da restituição de bens, direitos e liberdades, como desdobramento do Princípio da Reparação Integral.

## **2. DIREITO AO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA:**

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

Durante todo o processo reparatório, o direito à informação e a participação tem sido alvo de diversas denúncias de violações. Inúmeras são as considerações e deliberações sobre a temática dentro do sistema de governança vigente. Para além de ideais, tal direito sedimenta-se na experiência reparatória de graves violações de direitos humanos e no modelo participativo instituído para proteção socioambiental no Brasil.

Seguindo os parâmetros nacionais e internacionais, o TAC-Governança, homologado pelo mesmo juízo, institucionalizou os atingidos como partes centrais do processo reparatório, garantido a eles o direito à participação e poder de influência nas diversas instâncias decisórias e consultivas a ele relacionadas, configurando-se em um verdadeiro reconhecimento do atingido como titular do direito material discutido no processo, por meio do princípio da Centralidade do sofrimento da vítima, desenvolvido e aplicado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), a qual tem jurisdição sobre o Brasil.

O princípio, confirmado no caso Samarco, evidencia que os processos que envolvem conflitos socioambientais são marcados por um grande desequilíbrio entre o poluidor e violador de direitos humanos e os atingidos, pois são aqueles que possuem as técnicas e os conhecimentos especializados em detrimento da hipossuficiência econômica, informacional e técnica destes, que, além disso, geralmente estão submetidos a condições de vulnerabilidade social (pobreza, pouca instrução formal etc.).

No caso em tela, em reiterados momentos, a Fundação Renova negou aos atingidos as informações básicas para concessão do direito, processo que se manifesta desde a aplicação do cadastro ao cancelamento/redução do auxílio financeiro emergencial (AFE). A instituição reconheceu a não observância de procedimento adequado de comunicação:

Por parte da Fundação Renova foi dito que a decisão judicial é pública e, portanto, que não caberia à Fundação Renova informar previamente às pessoas acerca da implementação do regime de transição derivado do cumprimento da decisão judicial. Restou assim verificado que não houve comunicação prévia da Fundação Renova às pessoas que, em seu entender, estariam abrangidas pelo decidido em juízo, dificultando o acompanhamento da regularidade das reduções de AFE promovidas pela FR. Tal alegação contraria a decisão judicial proferida pela 12ª Vara Federal (ID 412329885 – 18/01/2021) quanto à necessidade de observação de critérios do devido processo legal em todos os procedimentos adotados pela Fundação Renova perante as pessoas atingidas, oportunizando o contraditório prévio e a ampla defesa, seguida de decisão individualizada e fundamentada, especificando minuciosamente os motivos que levaram à decisão (p. 24)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Ofício nº003/2021/CTOS-CIF, p. 03.

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

A compreensão desenvolvida pelo direito material (direito à informação, participação, à possibilidade de debater direitos) tem correlato no direito processual, o devido processo legal. Não há outra razão para as diversas previsões do nosso ordenamento da necessidade de oportunizar que a outra parte seja ouvida e possa interferir adequadamente para construção da verdade, senão à própria defesa do direito material em debate. O processo serve ao direito e o direito serve ao processo, formando uma relação circular, sem a qual não se concretiza, caracteriza nulidade.

A ausência de escuta, contraditório, ampla defesa, evidencia a deficiência para concretização da equidade entre as partes, visto que, a Fundação Renova representaria a forma por excelência da palavra autorizada, oficial, instituidora do direito e do portador, criando os símbolos de identificação e elegibilidade. Não sendo possível esse lugar da isenção, posto que acaba por atuar na reprodução e criação do *habitus*<sup>2</sup>. A partir disso, o poder simbólico passa a se desenvolver nos mais variados “campos” da vida, gerando representações, discursos e práticas sociais, que atacam de forma privilegiada o que Hannah Arendt categoriza como o “direito a ter direitos”, ou seja, o acesso pleno à ordem jurídica que somente a cidadania oferece.

O homem do século XVIII se emancipou da história. A história e a natureza tornaram-se ambas, alheias a nós, no sentido de que a essência do homem já não pode ser compreendida em termos de um nem de outra. Por outro lado, a humanidade, que para o século XVIII, na terminologia kantiana, não passava de uma ideia reguladora, tornou-se hoje de fato inelutável. Esta nova situação, na qual a “humanidade” assumiu de fato um papel antes atribuído à natureza ou à história, significaria nesse contexto que o direito a ter direitos, ou o direito de cada indivíduo de pertencer à humanidade, deveria ser garantido pela própria humanidade. Nada nos assegura que isso seja possível<sup>3</sup>.

O resultado é perceptível quando **diversos atingidos que não se enquadram nas atividades econômicas de subsistência (pesca e agricultura) estão sofrendo redução indevida do AFE**. A partir da análise dos relatos amostrais coletados com os atingidos de Barra Longa (anexo 1), é perceptível que a Fundação Renova desconsiderou a composição multifacetada da renda das vítimas a partir de uma análise unilateral e arbitrária do cadastro (i).

---

<sup>2</sup>Os sistemas simbólicos produzem capital, ou seja, valor que se autovaloriza, e se exerce em diversos planos da vida como capital social, capital cultural, capital econômico, entre outros. A reprodução é a condição pela qual o simbólico se difunde, produzindo seus efeitos em grande escala (e criando aquilo que Bourdieu denomina de *habitus*).

<sup>3</sup> ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo – Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, P. 332.

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

Também se evidenciou que carece de melhor debate a caracterização de “renda”/ “comprometimento” / “dependência” (ii).

**No entanto, previamente os atingidos precisam ter seu direito protegido e restaurado. Apesar do juízo responsável não ter descrito minuciosamente como deveria se dar o rito e o contraditório administrativo (interno) no âmbito da Fundação Renova, asseverou que “*cumpra um papel fundamental de aclarar a necessidade de observância do devido processo legal, consistente em prévio contraditório e ampla defesa, seguido de decisão individualizada, fundamentada, especificando minuciosamente os motivos que levaram à conclusão*”.**

Resgata-se que diversos direitos fundamentais são objetivos dessa análise, posto que antes de adentrarmos no direito material em disputa, o processo devido possui essa hierarquia no Brasil, sendo como aponta Didier Jr.<sup>4</sup>, “*garantia contra o exercício abusivo do poder, qualquer poder*”. Por se tratar de uma cláusula geral, a análise do caso e sua dimensão são elementos fundantes para avaliação da concretização do mandamento jurídico, vale aqui, o princípio de hermenêutica constitucional que proíbe o *retrocesso* em temas de direitos humanos, para nos lembrar que ligações e/ou cartas genéricas não são suficientes para evidenciar a observância do *contraditório e a ampla defesa* (art. 5º, LV, CF/1989), *dar tratamento paritário às partes do processo* (art. 5º, I, CF/88), *garantir decisões motivadas* (art. 93, IX, CF/1988), conteúdo mínimo de um processo devido.

A *eficácia horizontal dos direitos fundamentais*, também chamada de eficácia dos direitos fundamentais entre terceiros ou de eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas, decorre do reconhecimento de que as desigualdades não se situam apenas na relação Estado/particular, como também entre os próprios particulares, nas relações privadas. A preocupação em garantir que seja permitido às partes, participarem de maneira ampla, trazendo todos os elementos que acharem pertinentes para auxiliar o julgador a melhor compreender as teses oferecidas, ganha especial relevância no contexto de grave violação de direitos humanos, como o caso do rompimento da barragem de Fundão, o maior crime socioambiental brasileiro, classificado pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) como violação “*a direitos humanos de excepcional gravidade*”, equivalente a crime contra a humanidade, definido no

---

<sup>4</sup> DIDIER JR, Fredie. **Curso de direito processual civil**: Introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. 22º ed. Salvador. Ed. Jus Podvim, 2020.

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

âmbito do Tribunal Penal Internacional. De igual modo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) enquadram o caso como de alta complexidade e repercussão nacional, sendo objeto de monitoramento do Observatório Nacional de desastres e casos de grande complexidade. Tal complexidade se revela ao quebrar as estruturas de resiliência das comunidades atingidas, *excedendo a capacidade da sociedade afetada de responder à situação por meio de seus próprios recursos já conhecidos e disponíveis*, provocando danos severos à saúde, à dignidade humana, modos e projetos de vida de toda uma bacia hidrográfica.

**Resgata-se que o processo, para ser devido, precisa ser *público, paritário, tempestivo, adequado, leal e efetivo*, pois um processo devido não é apenas aquele em se observam exigências formais: devido é o processo que gera decisões jurídicas substancialmente devidas. Sendo assim, é preciso analisar mais a fundo as bases para que levaram ao enquadramento inadequado e irregular de diversos atingidos em “agricultores e pescadores de subsistência”.**

**a) Falhas do programa 01 - LEVANTAMENTO E CADASTRO DOS IMPACTADOS (PLCI) : *Ausência de informações adequadas desde o momento inicial da reparação e a construção de um vício processual.***

Como já destacado, na ausência de contato com os atingidos para oportunizar o direito às vítimas de debaterem o direito ameaçado, é razoável presumir o papel solitário do cadastro na análise. Nesse sentido apresentaremos síntese de diversas análises já produzidas sobre a temática, tanto de consultoria especializada contratada pela AEDAS, notas técnicas e deliberações do Comitê interfederativo (CIF), parecer das instituições de justiça e das universidades mais renomadas do país.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Foram sintetizadas nesse tópico as informações contidas nos relatórios produzidos pela consultoria especializada Associação Nacional dos Atingidos por Barragens; o Parecer sobre o Cadastro Integrado do Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI) elaborado pelas empresas Samarco e Synergia Consultoria Ambiental, produzido pelo GESTA/UFMG; Parecer Técnico nº 695/2016 – SEAP. Análise de documentos relativos ao cadastramento de atingidos pelo desastre provocado pelo rompimento da Barragem de rejeitos da Samarco Mineração S/A., VALE S/A e BHP Billiton Brasil LTDA, em Mariana, MG, produzido pelo Ministério Público Federal; A análise sobre Transparência, participação, responsabilização e reparação: Uma proposta de reforma de governança para remediação do desastre do Rio Doce produzido Policy Paper Conectas Direitos Humanos; o Parecer sobre Proposta de Cadastro Social da Samarco, produzido pelo movimento dos atingidos por Barragens; a Análise do Cadastro Socioeconômico, produzida pela FGV; Nota Técnica 6/2016 CTOS e

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

Como fruto das análises construídas, é possível firmar algumas premissas para identificar a problemática da ação da Fundação Renova em utilizar o cadastro para identificação das categorias: (1) O cadastro é aplicado pela própria instituição, cabendo a ela o direcionamento do sentido das perguntas; (2) Os cadastros em sua maioria foram aplicados logo após o rompimento, momento em que as diversas instituições de justiça reconheciam a imprevisibilidade do dano; (3) A caracterização socioeconômica e cultural das vítimas têm evidenciado um perfil de baixa escolaridade, principalmente os categorizados como “pescadores/agricultores” de subsistência.

A partir dessas premissas, apresentaremos problemas que estruturam em 3 ordens: (i) problemas de ordem conceitual, (ii) problemas de ordem formal, e (iii) problemas de ordem prática. Os problemas de nível conceitual que se apresentam decorrem, principalmente, da inadequação do Programa para Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI) quanto à sua capacidade de verificar a extensão dos danos e a apresentação dos problemas e das soluções a partir de uma perspectiva urbana, patrimonial, quantitativista e individualista dos danos. Disso decorre a delimitação restritiva do conceito de atingido, a restrição dos conceitos de recuperação e reparação atrelados a um estreitamento da responsabilidade civil da empresa e a inversão dos direitos e deveres dos atores envolvidos nos processos.

Os problemas de ordem formal que se apresentam dizem respeito aos aspectos da lógica interna da elaboração do cadastro que dificultam ou não são adequados à sua finalidade. Há reprovações relacionadas à extensividade do cadastro, que organizado em trinta e três módulos, promove um desgaste físico e mental dos sujeitos, os quais podem apresentar dificuldades para quantificar os danos sofridos em apenas uma única entrevista (GESTA, 2016).

Além disso, a utilização de termos excessivamente técnicos e rebuscados dificultam a compreensão dos indivíduos, não dialogando, portanto, com a realidade local (GESTA, 2016). A linguagem utilizada é inadequada e parte do princípio da desconfiança, em que não se pode garantir que as informações prestadas pelos atingidos serão, de fato, levadas em consideração (MPF, 2016). Além disso, a acessibilidade é dificultada por diversos fatores que o parecer aponta, concluindo que, a menos que exista uma permanente presença da assessoria técnica

---

Deliberação CIF n. 32/2016 — ampliando o prazo original do TTAC que previa oito meses para a conclusão do cadastro em sua cláusula 19; Nota Técnica no 29/2018, aprovada pelo Comitê Interfederativo (CIF) em 17 de dezembro de 2018 (Deliberação no 251/2018); Nota Técnica no 32/2019 (promulgada pelo CIF por meio da Deliberação no 277/2019; bem como, as percepções dos atingidos.

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

independente, a entrevista pode gerar situações de desconforto para os entrevistados (causadas não apenas pelo tempo exaustivo), prejudicando sua correta execução, especialmente porque esse não foi um instrumento criado junto com os atingidos, ou seja, eles não estão apropriados de seus elementos (MPF, 2016).

O GESTA (2016) também elabora uma crítica substancial a determinados questionamentos direcionados aos atingidos, como é o caso da pergunta “há possibilidade de replantio da área?”. Tal resposta depende de uma análise profissional que deve estar embasada em critérios técnicos. Elaborar uma pergunta desta dimensão a um atingido significa transferir a responsabilidade de avaliação do solo e do território às vítimas do desastre/crime. De igual modo, são construídas as perguntas relativas aos equipamentos de uso coletivo. Segundo o GESTA (2016), não fica claro durante a leitura do cadastro quem de fato deve responder aos questionamentos. Além disso, o GESTA aponta as dificuldades dos sujeitos em conseguir projetar o que de fato se constitui enquanto um equipamento coletivo.

Verifica-se também a presença de perguntas que são formuladas descoladas da realidade local, resultando em uma análise essencialmente limitada das atividades econômicas (GESTA, 2016). Alguns tópicos restringem os ofícios às atividades da agricultura, pecuária e extrativismo, desconsiderando as ocupações dos barqueiros, balseiros e a produção de artesanato cuja matéria-prima era extraída dos rios. Constata-se também a presença de lacunas relacionadas a atividades como apicultura, criação de equinos, que obtém expressividade nas produções locais.

Nos atendimentos realizados pela assessoria, é possível identificar a hierarquização de informações descontextualizadas para classificação dos atingidos, por exemplo, de acordo com dados do Censo de 2010, a população total de Barra Longa é de 6.143 habitantes, sendo 2.313 habitantes residentes na área urbana e 3.830 habitantes na área rural, ou seja, 62% do total de habitantes residentes na área rural. O município conta com uma grande área territorial de 383,628 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010), com uma malha viária de apenas 13,48 km de vias pavimentadas, calculado por meio de Sistema de Informações Geográficas (SIG), sendo o restante de estradas sem asfaltamento (de terra), algumas com condições precárias de circulação, principalmente em períodos chuvosos. A breve caracterização apresentada evidencia um perfil predominante rural, o que resulta no fato de que muitas famílias possuíam “quintais produtivos” e/ou se

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

utilizam da pesca rotineiramente. Ocorre que a presença dessas características não abarca a integralidade/complexidade da renda das famílias.

Como exposto, e de conhecimento da problemática pela CTOS (Câmara Técnica de Organização Social) a concessão do AFE, bem como do enquadramento em categorias “produtivas”, é realizado após a identificação e levantamento do cadastro. Ocorre que, pelas inúmeras falhas relatadas, não há metodologia de enquadramento clara, informada e que assegure a garantia de contraditório às famílias. Estas apenas, podem atestar a veracidade das informações prestadas nas perguntas, sendo o enquadramento no sistema da Renova é de total controle da fundação.

*a.1) A ineficiência do cadastro para a identificação do quesito ‘tradicionalidade’*

Por fim, o Cadastro Integrado tampouco é um instrumento adequado para se trabalhar com povos tradicionais, quilombolas e indígenas, pois não considera as dinâmicas e especificidades desses povos. Destaca-se que não houve consulta aos povos indígenas e comunidades tradicionais sobre a reparação e mitigação de sua situação e os objetivos do instrumento não reconhecem os direitos dos sujeitos e nem de seus modos de vida e reprodução social (MPF, 2016).

O processo de socialização étnico racial brasileiro tem institucionalizado no imaginário coletivo compreensões de inferioridade e ideários de medo, fatores que não podem ser desconsiderados ao analisar-se o processo de autorreconhecimento coletivo das comunidades tradicionais. Dentro do *habitus* reparatório da Fundação Renova, ser Povo e Comunidade Tradicional (PCT) é possuir “menos direito”, a ausência de um processo de diagnóstico especializado tem dificultado a identificação do fator “tradicionalidade”, permitindo a adoção de metodologias que postergam desnecessariamente o reconhecimento de direitos. No caso em análise, apesar da concessão do AFE ser paralela e independente de outras medidas reparatórias, exigindo apenas a análise do comprometimento de renda, a Fundação tem exigido a finalização de estudo de componente específico, o qual vem sofrendo diversas intervenções da instituição, repercutindo no seu resultado.

Apesar de assentado que só as comunidades são capazes de descrever e esmiuçar as características desse vínculo, chama atenção a suspeição prévia e a burocratização forçada de

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

relações, estruturadas pela Renova, ao exigir critérios e pressupostos documentais, bem como classificações externas, não necessários para os não-PCT. Sob o véu da proteção realiza-se uma exclusão, pela demora na concessão e/ou cancelamento/diminuição do auxílio após enquadramento equivocado dos PCT como categorias de subsistência.

**Em resumo, existe hoje um mau enquadramento de alguns atingidos tradicionais, de ofício tradicional ou de comunidades tradicionais e, assim, esses sujeitos têm suprimido o seu direito a acessar o AFE, por exemplo. É preciso uma revisão e reclassificação nos moldes de vida tradicional ribeirinha e local, que tenham as atividades e ofícios tradicionais como um modo de vida e que considere essas atividades e ofícios tanto como subsistência quanto como meio para obtenção de renda, posto que elas não se anulam.**

Como está organizada hoje administrativamente, a Fundação Renova praticamente obriga as comunidades e Povos tradicionais a possuírem uma reiteração ou legitimação de um ator externo à comunidade. Contrariamente, a legislação estadual, nacional e internacional reconhece como válida e suficiente a consciência de sua identidade, ou seja, auto identificação ou autorreconhecimento, como critério fundamental para a determinação desses grupos. Esse é o eixo norteador da Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada no Brasil desde 2004.

Dentro de todo esses considerandos das legislações é importante lembrar que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3239, entendeu que “[a] eleição do critério de autoatribuição não é arbitrária, tampouco desfundamentada ou viciada. Além de consistir em método autorizado pela antropologia contemporânea, estampa uma opção de política pública legitimada pela Carta da República, na medida em que visa a interrupção do processo de negação sistemática da própria identidade aos grupos marginalizados”.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos reconhece a dificuldade enfrentada pelos povos indígenas e comunidades tradicionais para obter, preservar e coletar evidências, o que gera impunidade e agrava a violação de direitos humanos desses povos, que se vêem impossibilitados de terem acesso à justiça.

Já a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) flexibiliza seus padrões probatórios, não pela informalidade da valoração probatória, mas pelo objetivo e fim do Direito Internacional dos Direitos Humanos, qual seja, proteger os seres humanos de violações e

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

abusos contra seus direitos humanos fundamentais. E que a autodeclaração por vezes pareça ser parcial, deve ser analisada à luz de todo o contexto de violação de direitos e também do contexto probatório de forma mais ampla.

Ninguém tem que reconhecer esses sujeitos, como condição *sine qua non* para o seu existir enquanto coletividade e comunidade, mas sim, a própria comunidade e coletiva que tem que se reconhecer, dentro das suas características, especificidades e formas próprias de se organizar, conforme versa a vasta legislação – nacional e internacional - sobre o tema. O que compete ao Estado, à justiça e à própria Fundação Renova é reconhecer e respeitar o direito deles de se autorreconhecer entendendo que esse processo não segue formas, padrões ou organizações comuns a todos os povos, comunidades e coletivos, a diversidade da tomada de consciência de sua identidade étnica e ou racial, se dá dentro do processo histórico das próprias comunidades, povos e coletividades, por vezes o que apressa ou os pressiona a essa tomada de consciência identitária são contextos como o em questão de tragédia socioambiental e constante violação de direitos.

A dificuldade ou os obstáculos à tomada de consciência identitária dessas próprias comunidades, povos e coletividades é o processo histórico de colonização, racismo e marginalização dessas formas de vida.

O professor Roque Laraia diz, se referindo ao conceito de cultura, que o grande desafio para os sujeitos tradicionais é pensar sobre aquilo que eram até o rompimento da barragem e a destruição dos rios do Carmo e Gualaxo do Norte, vidas apenas vividas e não pensadas, teorizadas ou explicadas.

Esse modo de vida foi comprometido desde o desastre, configurando graves violações de direitos humanos que se prolongam e se agravam com o passar do tempo. Diante disso só nos resta entender e defender que uma reparação integral e justa passa necessariamente pelo respeito à identidade tradicional reivindicada pela comunidade. É preciso garantir ações de compensação, restituição, recuperação, reabilitação, mitigação, indenização, e garantias de não repetição, satisfação e melhoria da qualidade de vida.

A reparação integral deve ser um mecanismo capaz de recompor os modos de vida e sociabilidade da comunidade, suas bases identitárias, suas memórias, valores, ideais coletivos de futuro e condições socioambientais e socioeconômicas. E não o contrário, como o nível de

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

meios comprobatórios, não exigidos a todos, tem suprimido dos povos e comunidades tradicionais de acessarem seus direitos.

**O resultado prático das ponderações, aqui levantadas, foi a diminuição do auxílio de pescadores e garimpeiros tradicionais no município. Importante destacar que eles não tiveram a tradicionalidade como valor considerado para concessão, a qual baseou-se na consideração de outras rendas. Ocorre que a relação com o rio e modos de vida foram os únicos fatores considerados para alteração do direito. Tal situação coloca as vítimas, como tradicionalidade não aceita para obtenção de direitos pode ser utilizada unilateralmente para sua extinção?**

**b) Obscuridade dos critérios utilizados pela Fundação Renova e o direito à revisão do programa 21 - auxílio financeiro emergencial.**

Os termos relativos ao Programa de Auxílio Financeiro Emergencial (PAFE) são descritos nas cláusulas 137 a 140 do TTAC e preveem que terão direito ao recurso aqueles que sofreram comprometimento de sua renda (i) em razão de interrupção comprovada de suas atividades produtivas ou econômicas (ii) em decorrência do rompimento (iii), da qual exista uma dependência financeira dessa atividade interrompida (iv).

O direito ao meio de sobrevivência e a proteção à renda são partes dos chamados direitos econômicos e sociais, também classificados como Direitos Humanos de segunda geração, ou direitos de igualdade. Tais direitos inauguram uma nova etapa para os Estados Democráticos de Direito, posto que retira os agentes da postura puramente negativa e estabelece uma proteção ativa.

No âmbito da reparação, a proteção da renda ganha dois sentidos preponderantes, o primeiro referente ao direito a viver em condições materiais de dignidade, fundamento da República Brasileira (Art. 1º, III, CF/88) e o segundo, na proteção e estabelecimento de condições não vulneráveis de participação no processo de Reparação.

Quanto ao primeiro, preceitua Alexandre de Moraes que:

A dignidade é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se em um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

assegurar, de modo que, somente excepcionalmente, possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos<sup>6</sup>.

Sem dúvida alguma, instituir a dignidade da pessoa humana como alicerce do Estado democrático de direito é colocá-la como valor máximo, constitucionalmente falando, valor absoluto. Transformando esse princípio em uma barreira irremovível, posto que valor supremo absoluto cultivado pela Constituição Federal.

A proteção da dignidade da pessoa humana se manifesta na proteção às possibilidades de sustento para si e para os seus. São essas teias de trabalho e produção, provedoras de vidas dignas, que foram rompidas com o desastre/crime. Dados apresentados pelo Estado apontam que dos 35 municípios atingidos, 25 possuem menos de 20 mil habitantes (PPI) e destes 13 municípios (52%) possuem, de acordo com o diagnóstico, vulnerabilidade socioeconômica municipal média e alta. A própria Fundação RENOVA, em seu Mapa de Vulnerabilidades, constatou que a média da renda per capita das famílias pobres dos municípios atingidos reduziu 66,31%.<sup>7</sup>

Um panorama interessante sobre a condição socioeconômica da população barralonguense é oferecido pela política de Assistência Social que indica a acentuação das condições de vulnerabilidade da população. Os dados do Registro Mensal de Atendimentos (RMA) registram o aumento da procura pelos serviços do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) no município. Isso significa, entre outras coisas, o aumento da população de baixa renda, pois a maioria dos serviços prestados pelo equipamento são voltados à população mais pobre, assinalando a intensificação do empobrecimento da população local.

O quadro a seguir, produzido pelo Departamento Municipal de Assistência Social para o Plano de Trabalho do Município de Barra Longa para a execução do Plano Municipal de Reparação em Proteção Social permite visualizar a situação.

---

<sup>6</sup> MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 19ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

<sup>7</sup> Nota Técnica 024/2018/CTOS-CIF.

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

**Quadro 1-Serviço de Atendimento Integral às Famílias (PAIF)**

Mês/ano	2015	2016	2017	2018
Janeiro	-	187	408	536
Fevereiro	-	386	398	589
Março	-	365	426	548
Abril	-	389	416	489
Maio	189	346	426	598
Junho	186	565	422	602
Julho	178	325	489	622
Agosto	122	428	492	618
Setembro	150	402	528	646
Outubro	168	426	531	260
Novembro	162	386	531	275
Dezembro	165	399	546	439
<b>TOTAL</b>	<b>1320</b>	<b>4604</b>	<b>5613</b>	<b>6222</b>

Fonte: RMA/MDS; Plano Municipal de Reparação em Proteção Social.

O quadro demonstra que desde maio de 2015, ano que ocorreu o desastre/crime, até julho de 2018 houve um aumento de quatro vezes na busca pelos serviços no CRAS do município que passou de 1320 atendimentos em 2015 para 6222 atendimentos em 2018. Este aumento, tão expressivo, em um município de pequeno porte aponta para a ocorrência de uma estreita relação entre os efeitos do desastre/crime e a alteração na renda das famílias.

O empobrecimento e vulnerabilização das famílias impossibilitam uma participação livre na construção/evidenciação do direito integral dos atingidos, estabelecendo relações onde estes figuram como reféns do processo, posto que pobreza, desigualdade e vulnerabilização são fatores que fomentam uma tendência das populações aceitarem mais facilmente os acordos, condições e renúncia de direitos que lhe são impostas, por acreditarem que assim o processo transcorreria mais rápido. Nesse sentido, não é possível falar em participação sem poder de decisão e simetria de poder.

É notório que o processo reparatório sofreu significativa alteração com o cenário pandêmico, não podendo ser desconsiderado, visto que o desastre alterou as possibilidades de resposta dos territórios e dos atingidos. Nesse mesmo sentido, foi autorizado pelo ilustríssimo juízo da 12ª vara Federal de Belo Horizonte, o remanejamento de verbas para a execução de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos decorrentes do surto da COVID-19, entre as quais se destacam: a abertura de novos leitos hospitalares, incluindo obras de reforma e ampliação e compra de equipamentos e mobiliário; o fortalecimento da gestão

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

hospitalar, mediante compra de insumos necessários a atuação dos profissionais da área de saúde.

Na ocasião, o Estado Brasileiro trouxe a compreensão de que, *“há uma ligação direta entre a situação hoje vivenciada de resposta à COVID-19 e o complexo de eventos que caracterizam o desastre de Mariana. Não se pode falar em uma ausência de nexos entre o combate dos efeitos da pandemia e a situação projetada pelo desastre. (...) Desastres são eventos de desestabilização, de comprometimento sistêmico que afetam toda a dimensão social e estatal de atuação no cenário público em patamares imediatos e mediatos”* e continua, *“(…) O ponto chave para compreensão não somente da legitimidade, mas da necessidade de aplicação dos recursos postos em garantia na prevenção e resposta aos efeitos da COVID-19 sobre a população mineira e capixaba está justamente na resiliência. O desastre de Mariana afetou a capacidade de resposta sistêmica dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo em suas estruturas, bases financeiras e mecanismos afetados aos respectivos sistemas de saúde, que fornecem suporte para o atendimento aos riscos e respostas correlacionados ao desastre biológico da COVID-19”*.

**Sendo assim, em situação de grave crise que aprofunda a vulnerabilidade das vítimas, qualquer presunção precisa ser *pro persona*, *pro centralidade dos atingidos*, *pro reparação integral*, em suma, advogamos pela invalidade dos processos irregulares de cancelamento ou redução de auxílio financeiro, com imediata devolução retroativa dos valores e devido processo. É sob essa carga principiológica que transcorremos sobre o déficit interpretativo da Fundação.**

Inicialmente, cabe resgatarmos no ordenamento jurídico nacional a definição de renda, tarefa delegada pela Constituição ao Código Tributário Nacional, que assim o faz:

Art. 43. O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica: I – **de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos**; II – de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.

Delimita-se que renda pode ser entendida como o total das importâncias recebidas periodicamente, por pessoa física ou jurídica, como resultado de trabalho *latu senso* ou de prestação de serviços, de aluguel de imóveis, de aplicação de capital, dentre outros

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

rendimentos. O trabalho, por sua vez, é aquilo que transforma. Que produz algo material ou imaterial e que tem alguma necessidade e/ou utilidade à nossa existência e sobrevivência. Ou seja, o valor real do trabalho é a sua necessidade de utilidade.

Sedimentada essa ligação é evidente a adoção de uma compreensão mais ampla de renda pelo ordenamento jurídico nacional, na qual todo valor produzido compõem a renda, incluindo todo o dinheiro não gasto na compra de alimentos que são percebidos/produzidos/”trocados” pelo trabalho, gerando um *plus* de valor.

Para além desse cenário, é importante também abordar as diferentes formas de composição da renda. Os dados levantados demonstram que a renda das famílias era, originalmente, composta por uma variedade de atividades, não existindo em muitos casos uma renda principal, como é comum nas cidades com característica mais urbana.

Na verdade era muito comum que os membros das famílias realizassem diferentes atividades produtivas dependendo do período do ano e da demanda por determinados serviços. Por conta disso foram identificadas situações onde a renda de uma família chegou a ser composta por sete diferentes inserções sócio-ocupacionais. São exemplos deste tipo de situação a composição de renda dos garimpeiros tradicionais, que durante o período de chuvas, quando se torna inviável algumas modalidades do garimpo, se dedicavam à pesca, ao trabalho rural e/ou à construção civil.

A situação descrita também ocorria com os/as trabalhadores/as rurais contratados/das para o corte de cana, atividade realizada em épocas específicas do ano. Tais trabalhadores/as relatam que também realizam outras atividades profissionais no período da entressafra, como a produção de venda de artesanatos e a pesca.

A atuação profissional das donas de casa são outro exemplo do tipo de composição de renda comum no município. Muitas donas de casa se dedicavam, além dos afazeres domésticos, ao bordado, ao trabalho rural e ao comércio autônomo.

Logo, diferentes combinações de trabalhos e atividades produtivas compunham a renda das famílias. Não havia, portanto, uma renda principal, haja vista que a renda se dava pela aglutinação de diferentes fontes que a renda. Para os atingidos não havia sobreposição entre tais fontes, mas a complementação entre elas. Desta forma a renda das famílias deve considerar a somatória dos diferentes proventos que a compunham.

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

O relato dos atingidos sobre a sua composição de renda e inserção sócio-ocupacional indica que a execução de diferentes atividades produtivas correspondia a processo comum e histórico no município. Assim sendo observamos que o quadro de composição de renda em Barra Longa até o desastre/crime se estabelecia pela realização de múltiplas atividades produtivas, ou seja com base na pluriatividade.

O conceito de pluriatividade é geralmente empregado para explicar a composição de renda das famílias inseridas no espaço agrícola cujos membros realizam diferentes atividades produtivas. Neste sentido o termo diz respeito a realização de uma variedade de atividades sócio-ocupacionais pelos componentes de uma família a fim de obter renda a partir de tais inserções sendo que ao menos uma das atividades, em geral, se relaciona ao espaço agrícola (Schneider 2003; Anjos 2003).

Como já apontado, a maior parte do território de Barra Longa se localiza no espaço rural. Desta forma, grande parte da população realizava alguma atividade oriunda do campo e mesmo as famílias residentes no centro urbano do município possuíam ou ainda possuem forte ligação com o espaço rural através de vínculos de parentesco, comunitários ou ainda pelo deslocando da cidade para o campo a fim de desempenhar alguma atividade relacionada ao universo agrícola o que ratifica a pertinência do uso deste conceito para compreendermos a composição das rendas da população local. Para além disso, no contexto do centro urbano de Barra Longa, podemos facilmente observar práticas agropecuárias que são historicamente realizadas em quintais produtivos no município, como o plantio de árvores frutíferas, legumes, hortaliças, temperos e criação de galinhas, para citar alguns exemplos. Essas atividades não só reduzem os gastos das famílias produtoras com a compra de alimentos nos estabelecimentos comerciais da cidade, como servem de sustentáculo para relações familiares, de vizinhança e comunitárias que visam o bem-estar físico e mental das pessoas envolvidas nesses processos ao mesmo tempo em que reduzem os gastos tanto das famílias produtoras quanto das famílias que recebem esses produtos.

Diferentes autores que estudam o tema observam que a pluriatividade constitui uma estratégia de reprodução social e econômica adotada em geral por pequenos produtores familiares para permanecer no espaço rural (HESPANHOL; MOREIRA, s.d.). Por isso pode ocorrer inclusive a combinação entre fontes de renda agrícolas e não agrícolas conforme observado em Barra Longa e descritos nos exemplos citados. Em todos os casos a

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

pluriatividade é sinônimo de variedade de renda e acaba por funcionar como elemento que permite, em caso de alteração de alguma das atividades, a garantia de manutenção da família em níveis mais estáveis pelas demais fontes de renda.

Os dados apontados mostram a complexidade da adoção de um critério de renda que não dialogue com a vida das vítimas, posto que desvirtua a própria medida mitigatória pensada para proteger os atingidos.

Até mesmo a noção de “comprometimento” tem sido objeto de grande debate. Diversas notas técnicas da CTOS versaram sobre o assunto:

Verifica-se que o substantivo tem como significado aplicável ao contexto a ideia de ‘causar dano ou prejuízo. E conforme a lei civil, que causa dano outrem deve responder pelo ato mediante compensação (art. 927, do Código Civil: “*aquele que, por ato ilícito (arts. 189 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo*”). Assim, por uma mera análise sintática, percebe-se que aquele que teve dano ou prejuízo à sua renda, ou seja, receitas auferidas em virtude de atividades produtivas ou econômicas, é elegível para o benefício. Verifica-se que, com exceção, obviamente, da necessidade de comprovação do dano sofrido, não houve mais nenhuma condição estabelecida, como montante ou percentual do dano ou da renda, ou tipo de atividade exercida, de forma que se pode concluir que qualquer prejuízo nos rendimentos faz nascer o direito ao benefício’.

2. Logo, qualquer diminuição nas receitas auferidas pela pessoa deve ser objeto de compensação, pois que fundamental para o sustento próprio ou de sua família. Vale frisar que aqui não cabe trazer restrições ou condicionantes que não foram contempladas no acordo, uma vez que não se trata apenas de rendimentos para a era sobrevivência, mas também para uma existência digna (art. 1º, III, CF/88).

Percebe-se, pela leitura da cláusula 138 do acordo firmado que as condições para a concessão do benefício são: (i) o cadastramento e (ii) a verificação da dependência financeira da atividade produtiva ou econômica, por conseguinte, para receber o benefício em tela basta lesado realizar o cadastramento e a demonstração do exercício de atividade produtiva ou econômica de onde se possa retirar alguma renda.

3. Pelos termos do acordo firmado, sobretudo na subseção VI.6, para o recebimento do benefício emergencial em tela, vê-se claramente que não há mais nenhum outro requisito, não cabendo a empresa devedora fazer interpretações restritivas no intuito de isentar-se de suas obrigações, sobretudo quando diante de população vulnerável (social e economicamente). Não há falar também que a relação de dependência da atividade financeira exercida deveria ser exclusiva pois não houve menção a tal circunstância no acordo.

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

4. Inclusive, no que concerne especificamente ao cadastramento frisa-se que a cláusula 21 do TTAC, em seu parágrafo segundo, faculta, em casos excepcionais àqueles que não possuam os documentos exigidos para o cadastramento a comprovação das informações necessárias através de declaração escrita (autodeclaração), a ser firmada nos termos do PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO SOCIOAMBIENTAL PRELIMINAR celebrado com o Ministério Público Federal, do Trabalho e do Estado do Espírito Santo em 04 de dezembro de 2015. Vê-se, portanto, que o TTAC flexibilizou uma das condições estabelecidas, facilitando o recebimento do auxílio, o que corrobora o acima exposto (CT-OS/CIF, 2016; p. 2-3).

Nesse sentido, Dano também aparece como um conceito importante para discussão, sendo pressuposto necessário e determinante para obrigação de reparação, conforme determina o art. 927 do Código Civil. Nesse sentido, a doutrina o define como:

Conceitua-se, então, o dano como sendo a subtração ou diminuição de um bem jurídico, qualquer que seja a sua natureza, quer se trate de um bem patrimonial, quer se trate de um bem integrante da própria personalidade da vítima, como a sua honra, a imagem, a liberdade etc. Em suma, dano é lesão de um bem jurídico, tanto patrimonial como moral, vindo daí a conhecida divisão do dano em patrimonial e moral [1]

Tal sistematização é importante porque o ordenamento brasileiro garante a reparação integral do dano ambiental, cobrindo toda a extensão do dano, a partir da gravidade dos fatos, de seu impacto sobre a integridade da personalidade das vítimas e levando-se em conta a vitimização, o sofrimento e a reabilitação delas. Destaca-se que os esforços para se evitar a perpetuação do caos que os atingidos e atingidas foram submetidos devem garantir a melhoria da qualidade de vida, a garantia da não repetição coletiva e individual, o respeito ao princípio da Dignidade da Pessoa Humana e de toda uma história de luta dos atingidos e atingidas, esses entendidos como sujeitos determinantes no processo. Assim, sintetiza Ivo Gurski:

Para a efetivação da reparação integral do dano ambiental, devem ser considerados todos os aspectos materiais, imateriais, reflexos diretos, indiretos no meio ambiente afetado, a privação da qualidade de vida, a privação envolvendo a não utilização do bem, ainda que provisória, para que se atinja a valoração dos bens que foram degradados. Para que a reparação se transforme em integral, há que se estabelecer a obrigação do causador de forma cumulativa, consistindo na obrigação de fazer, reparando o dano in natura, restaurando e restituindo os ecossistemas quando possível e, na impossibilidade, compensando; de não fazer, no sentido de que cesse a ação causadora do dano, a de indenizar os danos que sejam considerados

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

irreparáveis e ainda os danos extrapatrimoniais, de modo que a dificuldade na valoração na recomposição do dano ambiental não deve importar em hipótese de irreparabilidade.[2]

Assim, a reparação deve comportar todas as dimensões de danos sofridos, de modo que todos os efeitos provenientes da atividade lesiva devem ser objeto da reparação para que esta possa ser considerada completa, posto que se tratando de famílias vulnerabilizadas pelo desastre/crime, todas as rendas que já eram necessárias a dignidade, tornam-se ainda mais indispensáveis.

Esse é o entendimento que podemos depreender do disposto no art. 3º, inc. III da Lei Federal nº 6398/81:

Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

(...)

III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que **direta ou indiretamente**:

- a) prejudiquem a saúde, a segurança e o **bem-estar da população**;
- b) **criem condições adversas às atividades sociais e econômicas**;
- c) afetem desfavoravelmente a biota;
- d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
- e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

**A definição clara das bases terminológicas utilizadas pelo programa, longe de purismo intelectual, são análises que buscam evidenciar um processo excludente que em última instância decreta milhares de atingidos à fome.**

Antes do rompimento, em Barra Longa, segundo dados do IBGE, apenas 31,2% dos seus habitantes tinham relações formais de trabalho, no entanto, apenas 17,5% se enquadram na categoria de desocupação, fator resultado do modo de vida socioeconômico diferenciado, pautado no extrativismo, plantio, criação e trocas, marcas presentes desde a sua fundação.

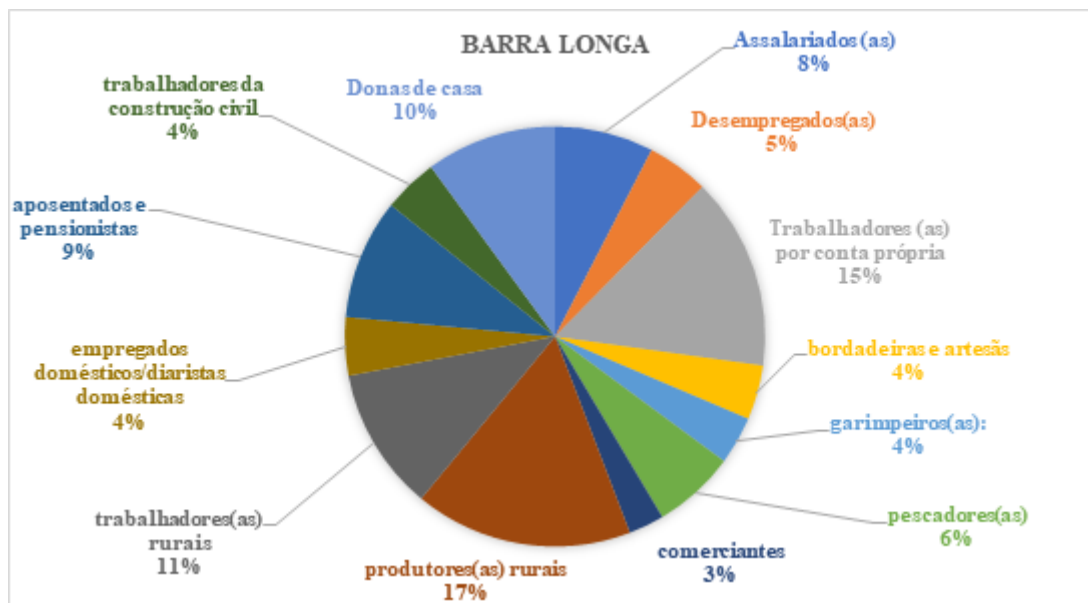
No mesmo sentido, em metodologia participativa composta por escuta com validação coletiva, realizada com 1011 barralanguenses, corrobora-se essa informação, conforme é possível verificar no gráfico abaixo. A maior parte dos trabalhadores de barra longa é composta por produtores rurais, seguidos de trabalhadores por conta própria, trabalhadores rurais, donas de casa, aposentados e pensionistas, assalariados, pescadores, desempregados, bordadeiras, garimpeiros, trabalhadores da construção civil, empregadas domésticas e por fim, comerciantes.

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831



Apenas as categorias de produção agropecuária e extrativismo correspondem a 38% da composição da renda da cidade, setores onde se concentram as diminuições, mesmo com os territórios não reabilitados e muita incerteza acerca das condições ambientais da bacia do rio Doce. O resultado prático disso, é de que pelo fato de que muitas famílias possuem “quintais produtivos” e/ou se utilizarem da pesca rotineiramente, foram caracterizadas exclusivamente como pescadores ou agricultores.

### 3. CANCELAMENTOS ANTERIORES E A NECESSIDADE DE ISONOMIA NO TRATAMENTO:

Lembramos que não é a primeira vez que a Fundação Renova (FR), efetua o cancelamento coletivo dos auxílios, no mesmo período de 2019, ela executa essa ação com 143 atingidos e suas famílias. Na ocasião, os cancelamentos se deram sem oportunidade de contraditório dos beneficiários ou análise dos casos em específico, dando-se sob argumentação genérica de não preenchimento dos critérios.

No mesmo sentido de entendimento do poder judiciário, no 2 de dezembro de 2020, o sistema CIF expediu a deliberação CIF nº 457, com a seguinte redação:

1. Aprovar as recomendações cotidas na Nota Técnica nº 047/2020/CTOSCIF, referente à análise e manifestação acerca do cancelamento unilateral pela Fundação Renova de 143 Auxílios do Programa de Auxílio Financeiro Emergencial (PAFE), ocorrido em outubro de 2019, determinando o

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

cumprimento dos critérios elencados na Nota; 2. **Notificar a Fundação Renova para que observe a política de cancelamento de Auxílios Financeiros Emergenciais de forma a garantir o contraditório e ampla defesa, em cumprimento TTAC e TAC-GOV, no prazo de 10 dias, e proceda à revisão dos casos citados no item 1, bem como sejam adotadas as seguintes medidas:** 2.1. **Promova a suspensão integral dos cancelamentos ora analisados, com dotação retroativa a todos os titulares, até que sejam concluídas as avaliações individuais, inclusive a revisão descrita no item “c”, e implementado o procedimento de contraditório e ampla defesa descrito no item “d”;** 2.2. **Interrompa qualquer medida de cancelamento de Auxílios Financeiros Emergenciais regularmente instituídos que não esteja enquadrada nas hipóteses:** (i) previstas pelas Cláusulas 137 e 140 do TTAC, isto é, após o restabelecimento das condições para retomada das atividades produtivas ou econômicas do titular, em atendimento à Cláusula 137 do TTAC e em consonância com as Deliberações CIF nº 417/2020 e 420/2020 e ainda em respeito às determinações judiciais especialmente quanto ao término de perícia judicial para este fim; (ii) de comprovada fraude, após abertura para o contraditório, também em respeito às determinações judiciais; 2.3. Promova a revisão dos Pareceres de Avaliação de Impacto para promover a análise individual de cada membro da família, considerando a composição da renda familiar, de modo a permitir que todos os que tiveram perda de renda sejam considerados elegíveis ao benefício, independentemente de haver outro integrante da família assistido pelo Programa, apresentando relatório ao CIF em 90 dias; 2.4. No caso de necessário cancelamento ou de negava do Auxílio Financeiro Emergencial, seja em virtude de ausência de comprovação, dos critérios de elegibilidade previstos pelo TTAC ou de possível fraude, que institua procedimento específico e individualizado com atenção aos detalhamentos propostos pelas recomendações da Nota Técnica nº 047/2020/CTOS-CIF. 3. A presente deliberação não abrange a discussão envolvendo conciliações cujas condições de verificação de eventual abuso encaminhe-se à CT-OS para análise e posterior submissão a este Comitê. Brasília/DF, 02 de dezembro de 2020.

Diante do cenário similar, ressalta-se a importância do tratamento isonômico, referendado pelo acordo que cria a assessoria técnica em Barra Longa, bem como no aditivo ao TAP. Nesse sentido, será apresentado anexo com atendimentos dos atingidos que tiveram AFE cancelado ou diminuído nos anos de 2019 a 2021.



**AEDAS**

**Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

#### **4. RECOMENDAÇÕES:**

Diagnosticadas as diversas debilidades na execução da medida, que envolvem 1) a ausência de devido processo e 2) falhas no programa 01 e 21, recomenda-se:

- 1) Imediata devolução dos valores descontado dos atingidos, com os devidos retroativos até resultado de devido processo;
- 2) A realização de audiência virtual para que as vítimas possam apresentar suas razões acerca do programa de transição;
- 3) A construção via sistema CIF das diretrizes para concretização da ampla defesa.

\_\_\_\_\_*assinado eletronicamente*\_\_\_\_\_

**Isabel Gonçalves**

Assistente social - CRESSMG 23867

Assessora técnica dos atingidos

\_\_\_\_\_*assinado eletronicamente*\_\_\_\_\_

**Verônica Viana de Sousa**

Advogada – OAB PI 17136

Assessora técnica dos atingidos

\_\_\_\_\_*assinado eletronicamente*\_\_\_\_\_

**Juliana Cobucci**

Assistente social - CRESSMG - 23961

Consultoria<sup>PS</sup> especializada

\_\_\_\_\_*assinado eletronicamente*\_\_\_\_\_

**Franciene Almeida Vasconcelos**

Advogada – OAB MG 163.950

Consultoria especializada



**AEDAS**

**Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

# RELATOS DOS ATINGIDOS

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

**RELATO – Márcia Mary Silva****Nome completo:** Marcia Mary Silva**Comunidade/GB:** 1º de janeiro**Telefone de contato:** (031)9 99539-6670

No dia 08 de janeiro de 2021, a Assessoria Técnica de Barra Longa realizou atendimento online da atingida Márcia Mary Silva. Ela relatou que teve o AFE (auxílio financeiro emergencial) diminuído em 50% do seu valor total por parte da Fundação Renova, sem qualquer foram de aviso prévio. Informou que quando recebeu o cartão tinha sido acordado que em caso de corte do auxílio seria avisada com 3 meses de antecedência.

Ela entrou em contato com a Renova, a responsável pelo atendimento foi a Maria Estela, disseram que ela teve o auxílio reduzido porque está dentro do perfil de agricultura de subsistência, no entanto, hoje ela mora numa casa de aluguel temporário no Morro Vermelho e sua casa com quintal na Rua 1º de janeiro foi completamente destruída pela lama de rejeitos. Ela questionou a Fundação Renova por meio do atendimento e não souberam dar uma justificativa para o corte do AFE.

Ela disse que antes do rompimento da barragem, tinha uma confeitaria debaixo da sua casa, com a lama teve seu trabalho interrompido e, portanto compreende ser necessário o pagamento do AFE até que seu trabalho e sua renda possam ser retomados, visto que não consegue mais sobreviver da confeitaria. Hoje reside com mais 07 familiares na mesma moradia e todos dependem também desse auxílio. Ela tem uma irmã que é sua dependente.

Márcia relata que sua situação financeira já estava complicada com o auxílio financeiro emergencial e que agora, com o atual corte, sem qualquer aviso, a situação da família se agrava. Também se agrava a sua saúde, pois Márcia relata estar ainda mais fragilizada com a situação.

Mencionou também o fato de a Fundação Renova ter feito um projeto completamente inadequado para a sua antiga moradia, sem qualquer tipo de participação e consulta, fizeram o projeto de um prédio sem varandas, sem saídas, chegaram a levantar algumas paredes, mas como encontraram erros no projeto, tiveram que reiniciar a obra que agora se encontra paralisada sem que sua família tenha qualquer informação. Ela relatou que está ouvindo de outros atingidos que tiveram o corte do auxílio são aqueles que estão na situação de aluguel temporário há mais de 05 anos.



**AEDAS**

**Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

### **RELATO – Adriana Martins**

**Nome:** Adriana Martins

**Comunidade/GB:** Morro Vermelho

**Telefone de Contato:** (031) 9 8476-1067

No dia 11 de janeiro de 2021, a Assessoria Técnica de Barra Longa realizou atendimento online da atingida Adriana Martins. Ela relatou que teve o AFE (auxílio financeiro emergencial) diminuído em 50% do seu valor total por parte da Fundação Renova, sem qualquer aviso prévio. Hoje ela mora em Mariana em aluguel temporário, junto com sua filha, e trabalha como autônoma em Mariana.

Ela afirmou que entrou em contato com a Fundação Renova por meio do Whatsapp e a informaram que a justificativa pelo corte do auxílio financeiro emergencial se deu por conta de acordos assinados em 2016 e por sua fonte de renda estar na classificação de pescadores e agricultores de subsistência.

No entanto, ela reforçou que nunca teve relação com pesca ou agricultura, antes do rompimento trabalhava como vendedora na cidade e hoje já não consegue emprego em Barra Longa por conta das consequências econômicas que atingiram o território. A lama do rompimento destruiu a parte inferior da casa onde residia. A Fundação Renova construiu uma casa na parte de baixo e reformou algumas estruturas que foram atingidas pelo rompimento. Hoje, alguns de seus familiares moram nessa casa, porque ela já não consegue viver mais em Barra Longa pela perda da possibilidade de trabalho e renda.

Adriana reivindica o retorno do valor integral do auxílio, já que foi surpreendida pela situação sem aviso prévio e se mostra indignada com o corte repentino levando em conta a pandemia mundial que estamos passando, o que potencializou o agravamento da sua situação de renda.



**AEDAS**

**Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

**RELATO – Eni de Castro Pereira**

**Nome completo:** Eni de Castro Pereira

**Comunidade/GB:** Gesteira

**Telefone de contato:** (011) 9 43913520

No dia 11 de janeiro de 2021, a Assessoria Técnica de Barra Longa realizou atendimento online da atingida Eni de Castro Pereira, 77 anos, por meio de seu filho João que mora em São Paulo.

João, filho da Sra. Eni de Castro Pereira, relatou que mora em São Paulo junto à mãe e procurou a Fundação Renova por meio do 0800 e telefones dos escritórios, mas não conseguiu contato e não teve acesso á informações sobre a situação e quais direitos eram previstos para sua mãe.

Ele informou que sua mãe tinha uma casa na comunidade Mutirão e um lote rural em Gesteira Velho que foi destruído pela lama do rompimento.

Antes do rompimento da barragem, sua mãe já não morava em Gesteira, por motivos de saúde, os filhos decidiram levá-la para morar em São Paulo junto com o filho. Nesse terreno em Gesteira, havia plantações que eram cultivadas pelo filho Antônio José de Deus, que hoje mora na casa no Mutirão que pertencia à mãe e está no reassentamento coletivo.

João reivindica informações por parte da Fundação Renova sobre o direito à indenização e sobre quais outros direitos previstos dentro do processo.

**RELATO – Gilvane José da Silva**

**Nome completo:** Gilvane José da Silva

**Comunidade/GB:** Gesteira

**Telefone de contato:** (031) 99805-4916



**AEDAS**

**Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

No dia 14 de janeiro de 2021, a Assessoria Técnica de Barra Longa realizou atendimento online do atingido Gilvane José da Silva. Ele relatou que teve o AFE (auxílio financeiro emergencial) diminuído em 50% do seu valor total por parte da Fundação Renova, sem qualquer aviso prévio.

Ele informou que abriu manifestação por meio do atendimento do 0800. A justificativa apresentada pela Fundação Renova foi a de que estão cumprindo a decisão do juiz da 12ª vara e que Gilvane e seu pai Gilmar José da Silva (que também teve o auxílio diminuído) estão na categoria de agricultura subsistência.

No entanto, Gilvane ainda não conseguiu recuperar sua renda, a qualidade de vida e relata que o modo de vida da família foi completamente alterado após o rompimento da barragem. Gilvane ressaltou o fato de que ele e seu pai ainda estão em vivendo em aluguel temporário e por esse motivo não podem plantar como antes, pois a terra não pertence à família. Portanto, não há motivos plausíveis para o corte.

Gilvane e seu pai Gilmar reivindicam o retorno do valor integral do auxílio, já que foram surpreendidos e desrespeitados pela situação sem aviso prévio, até hoje a Renova ainda não resolveu a situação do reassentamento familiar e sua situação de renda está ainda mais agravada com a pandemia mundial que estamos passando.

### **RELATO – Fabrícia da Conceição Gomes**

**Nome completo:** Fabrícia da Conceição Gomes

**Comunidade/GB:** Gesteira/Mutirão

**Telefone de contato:** (031) 9 8201-0383

No dia 14 de janeiro de 2021, a Assessoria Técnica de Barra Longa realizou atendimento online da atingida Fabrícia da Conceição Gomes. Ela relatou que teve o AFE (auxílio financeiro emergencial) diminuído em 50% do seu valor total por parte da Fundação Renova, sem qualquer aviso prévio. Ligou no 0800. Conseguiu ser atendida depois de diversas tentativas e longo tempo de espera. Ela informou o número de protocolo do atendimento: 68220210114.

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

Hoje ela mora na comunidade de Mutirão. Sua avó tinha uma casa no Gesteira Velho que foi completamente destruída pela lama. Ela e seu irmão Antônio Marcos tentaram diversas vezes contato com a Fundação Renova para conseguir auxílio financeiro e indenização, mas não conseguiram. Gracinha (moradora da comunidade) e AEDAS auxiliaram no processo de garantia de direito ao auxílio financeiro emergencial e indenização. Até o final do ano passado sua mãe recebeu o auxílio, no entanto desde o início de janeiro passou a receber apenas 50% do valor.

Fabírcia reivindica o retorno do restante do auxílio, já que foi surpreendida e desrespeitada pela ação sem aviso prévio, sua situação de renda está ainda mais agravada com a pandemia mundial que estamos passando, enfatizou que gasta mais de 400 reais com consultas, 160 com táxi para tratamento em Ponte Nova, mais de 400 reais com medicamentos, além de outros gastos com exames e cuidados com a mãe. A renda da família não tem sido suficiente para os gastos gerados pós-rompimento, com alimentação e saúde, relata que sem o auxílio a situação ficará ainda pior.

### **RELATO – Odete Cassiano Martins**

**Nome completo:** Odete Cassiano Martins

**Comunidade/GB:** 1º de janeiro

**Telefone de contato:** (031) 9 8325-0538

No dia 14 de janeiro de 2021, a Assessoria Técnica de Barra Longa realizou atendimento online do atingida Odete Cassiano Martins. Ela relatou que teve o AFE (auxílio financeiro emergencial) diminuído em 50% do seu valor total por parte da Fundação Renova, sem qualquer aviso prévio.

Ela relata que ainda não tentou contato com Fundação Renova para saber o motivo do corte. No entanto, informou que não há justificativas para o corte, já que não tem nenhuma relação com agricultura ou pesca de subsistência. Ela relatou que quando houve o rompimento da barragem em 2015, a sua casa foi atingida pela lama, perdeu mais de 3 metros de quintal.

Odete reivindica o retorno do restante do auxílio, já que foi surpreendida e desrespeitada pela situação sem aviso prévio, relata que até hoje a Fundação Renova não resolveu a situação da casa e que



**AEDAS**

**Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

sua condição de sobrevivência está ainda mais agravada com a pandemia mundial que estamos passando, sem o cartão, ficará ainda mais difícil.

### **RELATO – Maria Aparecida Oliveira**

**Nome completo:** Maria Aparecida Oliveira

**Comunidade/GB:** Rodovia Edmundo

**Telefone de contato:** (31)983251222

No dia 11 de janeiro de 2021 a assessoria realizou o atendimento por telefone da atingida Maria Aparecida Oliveira. A atingida entrou em contato buscando informações a respeito do auxílio Financeiro Emergencial, Maria Aparecida relata que teve o auxílio financeiro emergencial reduzido pela metade.

A atingida relata que não teve nenhuma informação prévia dessa redução por parte da Fundação Renova, que só soube da redução quando foi sacar o seu dinheiro e percebeu que o valor estava menor.

Durante o atendimento foram realizadas algumas perguntas norteadoras para entender a situação da família a partir da escuta e em seguida realizada orientação sobre a decisão do juiz, a ação da Renova e os caminhos apontados pela assessoria no intuito de buscar reverter essa situação.

Maria Aparecida, conta que ela e esposo Adão Luiz Domingos Alves residem na Rodovia Edmundo Costa Lanna número 500 no bairro Volta da Capela. De acordo com a atingida ela e o esposo vivem da produção de alimentos no quintal em que plantavam mandioca, quiabo, hortaliças e frutas além de criação de animais, vendiam alguns alimentos em especial o feijão. Seu esposo era trabalhador rural, executando roçado em algumas fazendas (após o rompimento da barragem, toda a situação do casal se alterou).

Após o rompimento o esposo não conseguiu mais trabalho com facilidade e não puderam continuar com as produções de alimentos devido o rejeito que invadiu a propriedade e que permanece no local, impedindo o desenvolvimento de qualquer plantação.

Dessa maneira a família que antes plantava para comer e realizava venda em algumas situações, agora necessita comprar no mercado, o que fez com que seus gastos aumentassem significativamente. Além disso, atualmente a renda familiar principal tem sido a do AFE e que sem ele e sem trabalho, a situação da família se agravará.

### **RELATO – Amarildo de Assis**

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

**Nome completo:** Amarildo de Assis**Comunidade/GB:** Morro Vermelho**Telefone de contato:** (31) 984176186

No dia 13 de janeiro de 2021 a assessoria realizou o atendimento por telefone do atingido Amarildo de Assis. O atingido nos contatou para buscar informações a respeito da redução do valor do seu Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) pela metade. O atingido alega não ter sido informado previamente da redução. Foi realizada a escuta e prestado as orientações necessárias.

De acordo com Amarildo, sua família recebe o AFE desde a concessão do benefício que ocorreu logo após o rompimento da barragem de Fundão em 2015. Ele relata que é mecânico e que sofreu dano a sua renda devido o rompimento da barragem em 2015. Segundo Amarildo, em nenhum momento deu à Fundação Renova informações que constasse qualquer relação com a pesca ou agricultura de subsistência, sendo informado em outro momento por funcionário da Fundação Renova, que no seu cadastro consta que ele é vendedor, apesar de ter declarado trabalhar como mecânico (com manutenção e venda de peças).

Também relatou que teve sua casa invadida pela lama e que atualmente mora em aluguel temporário e que a Fundação Renova o informou que receberia o AFE enquanto estivessem em situação de aluguel temporário.

Amarildo relata que no seu cadastro consta: sua esposa Bernadete, seu filho e a sogra Maria das Graças Domingos Atanásio. Maria das Graças era lavadeira, trabalhou 35 anos em uma casa de família, perdeu o emprego com o rompimento da barragem, pois a casa em que trabalhava foi atingida e a família não pode mais contratar seus serviços e não foi reconhecida como atingida. Hoje a mãe mora em outra residência e não recebe o AFE.

A família questiona sobre a situação da mãe, declara sua indignação pelo corte do AFE e pelo não reconhecimento dos postos de trabalho de Barra Longa e da situação das famílias da cidade.

### **RELATO – Itamar Correa**

**Nome completo:** Itamar Correa**Comunidade/GB:** Morro vermelho**Telefone de contato:** (31) 983215953

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

No dia 14 de janeiro a assessoria realizou o atendimento por telefone do atingido Itamar, residente a comunidade do Morro Vermelho, que entrou em contato, buscando informações sobre a redução do auxílio financeiro emergencial pela metade, sem nenhum aviso prévio por parte da Fundação Renova.

Foi realizada a escuta e as devidas orientações.

De acordo com Itamar, anterior ao rompimento da barragem ele trabalhava nas roças e fazendas de maneira informal e a família possuía um quintal onde produziam frutas como laranja, jabuticaba e acerola para consumo próprio. Com a chegada da lama perdeu as plantações e não conseguiu repor devido o rejeito que ainda não foi retirado do quintal, o que impede que as plantas desenvolvam. Porém, sua fonte de renda era também composta pelo seu trabalho nas roças e fazendas. Itamar reivindica o seu ofício de Trabalhador Rural e o retorno do pagamento do AFE.

Ele vive com a esposa e a filha de 10 anos e relata que às vezes trabalha como servente de pedreiro, mas tem dificuldades para encontrar trabalho, pois as empreiteiras estão fazendo esse serviço na cidade e hoje não consegue mais trabalhar nas fazendas e roças, pois muitas delas ainda possuem rejeito. A principal renda da família hoje é o AFE.

### **RELATO – Mércia Trindade Freitas Paglioto**

**Nome completo:** Mércia Trindade Freitas Paglioto

**Comunidade/GB:** Centro

**Telefone de contato:** (31) 984203503

No dia 08 de janeiro de 2021, a Assessoria Técnica de Barra Longa realizou o atendimento online de Mércia Trindade Freitas Paglioto. Em relato a atingida informou que no mês de janeiro de 2021 teve o seu auxílio financeiro emergencial reduzido pela metade, sem que houvesse nenhuma comunicação prévia acerca do corte.

A atingida afirma que a renda auferida pelo cartão se refere à perda do quintal produtivo, onde antes eram colhidas frutas e verduras, e que posteriormente com o rompimento da barragem de Fundão e passagem do rejeito, tornou-se improdutivo. Os alimentos antes produzidos no quintal eram utilizados para consumo próprio e troca com os vizinhos.

Diante da impossibilidade de continuar produzindo, todos esses alimentos passaram a ser comprados no supermercado, o que gerou um aumento dos gastos com alimentação e perda da qualidade

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

nutricional. Ressalta-se que passados cinco anos desde o rompimento da barragem de Fundão, o quintal segue improdutivo por conta da passagem de rejeito, e os gastos com a alimentação se mantêm.

Sendo assim, a atingida reivindica o direito à manutenção do valor integral do auxílio financeiro emergencial, haja vista que as atividades produtivas exercidas antes do rompimento não foram retomadas até o momento devido à improdutividade do solo. Não havendo nada mais a declarar o atendimento foi finalizado.

### **RELATO – Sérgio Fábio do Carmo**

**Nome completo:** Sérgio Fábio do Carmo

**Comunidade/GB:** Centro

**Telefone de contato:** (31) 984684432

No dia 08 de janeiro de 2021, a Assessoria Técnica de Barra Longa realizou o atendimento online do Sr. Sérgio Fábio do Carmo. Em relato, o atingido informou que no mês de janeiro teve o valor do seu Auxílio Financeiro Emergencial reduzido pela metade, não sendo sequer informado previamente a respeito do corte.

Cabe ressaltar que o atingido conquistou o direito ao cartão pelo deslocamento de renda sofrido em relação à atividade de vendedor ambulante que exercia até o ano de 2015, quando não teve mais condições de dar continuidade as vendas, já que área onde atuava foi atingida pelo rompimento da barragem de Fundão e os moradores deslocados da região.

Em 2019, o atingido realizou a abertura de um novo protocolo na empresa complementando informações acerca da perda da renda e declarando a atividade de pescador que também exercia conjuntamente ao garimpo. No entanto, não recebeu nenhum retorno da empresa, e o auxílio financeiro concedido continuou sendo referente à perda da renda pela atividade de vendedor, principal atividade econômica exercida.

Recentemente ao perceber a alteração do valor recebido o Sr. Sérgio entrou em contato com representante da equipe de diálogo da Fundação Renova solicitando esclarecimentos acerca da diminuição do valor recebido. Como retorno, foi informado de que o corte foi realizado pelo fato do mesmo se enquadrar enquanto pescador de subsistência.

Assim sendo, o atingido reivindica o direito ao restabelecimento do cartão financeiro em seu valor integral, tendo em vista que o mesmo segue sem condições de exercer a atividade de vendedor ambulante, motivo pelo qual o cartão foi concedido. Além disso, reforça que apesar de ter incluído a



**AEDAS**  
**Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**  
CNPJ: 03.597.850/0001-07  
Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530  
Fone (031) 3327-2831

atividade de pesca em seu cadastro, essa não era a sua principal fonte de renda e não pode ser utilizada como fato para redução do valor pago. Não havendo nada mais a declarar o atendimento foi encerrado.

### **RELATO – Carmem Lúcia Cardoso da Silva**

**Nome Completo:** Carmem Lúcia Cardoso da Silva

**Comunidade/GB:** Volta da Capela

**Telefones de contato:** 31 98392-5356 / 31 98392-4350 / 31 98369-6457

A Sr.<sup>a</sup> Carmem Lúcia Cardoso da Silva procurou a Assessoria Técnica e relatou receber uma ligação de uma das funcionárias da Fundação Renova no dia 06 de Agosto de 2019. A funcionária solicitou o nome e CPF da Sr.<sup>a</sup> Carmem Lúcia e informou que a ligação tinha o objetivo de tratar sobre o AFE – Auxílio Financeiro Emergencial. Na ocasião a Sr.<sup>a</sup> Carmem Lúcia não informou o CPF por entender não ser correto informar documentos por telefone. A Sr.<sup>a</sup> Carmem Lúcia também não disponibilizou seus dados, pois havia sido informada por uma amiga que a Fundação Renova estaria ligando para as famílias com o informativo de suspensão do Auxílio Financeiro Emergencial.

A Sr.<sup>a</sup> Carmem Lúcia relata que a funcionária voltou a ligar tentando novamente coletar os dados e a informou que o auxílio financeiro emergencial seria suspenso e que a mesma receberia uma carta onde encontrariam maiores informações sobre o motivo pelo qual o direito ao AFE teria chego ao fim. Foi também informada que seria realizado no mês de Setembro um pagamento referente a três meses do auxílio, porém não informou o valor.

Após o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco **a Sr.<sup>a</sup> Carmem Lúcia não conseguiu mais ocupar seu posto de trabalho (como cortadora de cana)** e recebeu o Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) após muitas manifestações por ter dificuldades de apresentar a comprovação do vínculo empregatício devido às condições de trabalho das cortadoras de cana em Barra Longa. A Fundação Renova então interrompeu o pagamento do auxílio. A Sr.<sup>a</sup> Carmem Lúcia denuncia

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

que a Fundação Renova manteve seu escritório fechado no período em que as ligações estavam sendo realizadas, o que impossibilitou que a atingida obtivesse maiores informações acerca do corte. A família encontra-se hoje sem nenhuma renda. Relatou que neste período teve sua luz elétrica cortada diversas vezes e que não sabe a quem recorrer. É importante destacar que nesta casa residem Carmem Lúcia, sua filha que se encontra grávida, seu neto de 2 anos, seu esposo e seu filho.

A Sr.<sup>a</sup> Carmem Lúcia relata que trabalha no corte de cana desde a adolescência. Construiu sua vida e sua família com a renda deste trabalho somada à renda advinda do trabalho rural (capina, roça, serviços gerais). Após o rompimento da barragem, ela perdeu o trabalho completamente, pois a fazenda que a empregava foi atingida pela lama e desde então a Fundação Renova disponibiliza caminhões de cana para o proprietário. Como seu trabalho, assim como de todas as cortadoras e cortadores de cana em Barra Longa, não se dava de forma regulamentada, com o rompimento da barragem a Fundação Renova não a reconheceu como trabalhadora rural e exigiu que ela e as demais apresentassem um documento que comprovasse o vínculo empregatício. Após muitas manifestações a Sr.<sup>a</sup> Carmem Lúcia conseguiu o seu Auxílio Financeiro Emergencial.

Somado a esta situação a Sr.<sup>a</sup> Carmem Lúcia encontra-se em situação de risco à moradia e com a intensificação das chuvas sua condição se agravou. A casa está insalubre devido à quantidade de goteiras e ao barranco que está cedendo. A Sr.<sup>a</sup> Carmem Lúcia relata que já perdeu sua televisão, móveis e que hoje ela necessita dormir na casa da mãe juntamente com sua família quando as chuvas estão intensas. Destaca que recorreu diversas vezes à Defesa Civil Municipal e que a mesma se recusou a interditar sua moradia, mesmo estando insalubre e não apresentando condições de moradia. Carmem Lúcia destaca que a casa está muito perigosa e que ela já encontrou uma possível casa a ser alugada, porém não possui condições financeiras para o aluguel. Relata que sua filha Camila contribuía com os gastos em casa, mas perdeu o emprego e agora a família se encontra sem nenhuma renda, destaca também que após o rompimento os gastos aumentaram muito, especialmente os gastos com saúde e alimentação, pois a Sr.<sup>a</sup> Carmem Lúcia muitas vezes conseguia alimentos das hortas da vizinhança, por conta do rejeito, hoje não consegue mais.

### **RELATO – Gilda Maria Cardoso Machado**

**Nome completo:** Gilda Maria Cardoso Machado



**AEDAS**  
**Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

**Comunidade/GB:** Volta da Capela

**Telefone de contato:** (31) 38775413 e/ou (31) 983270306

A Sr.<sup>a</sup> Gilda Maria Cardoso Machado procurou a Assessoria Técnica relatando que recebeu uma ligação de uma das funcionárias da Fundação Renova no dia 06 de Agosto de 2019, solicitando o nome, CPF e informando que a ligação era para informações sobre o AFE – Auxílio Financeiro Emergencial. Na ocasião a Sr.<sup>a</sup> Gilda Maria Cardoso Machado não informou o CPF por entender não ser correto informar documentos por telefone. A Sr.<sup>a</sup> Gilda Maria Cardoso Machado também não disponibilizou, pois havia sido informada por uma amiga que a Fundação Renova estaria ligando para as famílias com o informativo de suspensão do Auxílio Financeiro Emergencial.

**A Sr.<sup>a</sup> Gilda Maria Cardoso Machado compunha sua renda como trabalhadora rural (cortando cana, dentre outras atividades rurais de caráter sazonal) desde a adolescência, vendendo roupas de cama, mesa e banho, cosméticos etc., ou seja, compunha sua renda com a diversidade de funções que exercia.** Com o rompimento da barragem de Fundão e o rejeito que se espalhou na beira rio ela ficou impossibilitada de executar seu trabalho como trabalhadora rural, além disso, ficou impossibilitada também de vender suas mercadorias como antes, pois a economia da cidade também sofreu significativas alterações. No período em que a lama esteve alojada no centro da cidade, toda a lógica do comércio esteve alterada. Neste momento, em que a Sr.<sup>a</sup> Gilda Maria não estava em condições de vender suas mercadorias ela também perdeu a possibilidade de trabalhar no corte da cana, pois a lama estava alojada também nas plantações.

A Sr.<sup>a</sup> Gilda Maria relata que desde então ela não possui mais renda e nem a possibilidade de exercer as funções que antes exercia, pois a cana tem sido disponibilizada para o proprietário e as plantações não mais existem. Assim como as outras cortadoras de cana, a Sr.<sup>a</sup> Gilda Maria só conseguiu o AFE depois de muitas manifestações junto à Fundação Renova que não a reconhecia como trabalhadora rural por alegar ausência de comprovação e desconsiderar a configuração deste tipo de trabalho na cidade de Barra Longa (trabalho sem vínculo formal).

A Sr.<sup>a</sup> Gilda Maria Cardoso Machado reivindica o retorno do seu Auxílio Financeiro Emergencial, pois ainda não recuperou a sua possibilidade de trabalho e compreende que o AFE é por direito uma mitigação à ausência de possibilidades de trabalho e renda e que deve ser disponibilizado até que ela possa trabalhar e se manter como antes do rompimento da barragem de rejeitos da



**AEDAS**

**Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

mineradora Samarco. Relata que a reivindicação maior é que ela possa voltar a trabalhar, mas enquanto isso não acontece, o direito ao AFE é o mínimo que a Fundação Renova necessita disponibilizar. A posição da Sr.<sup>a</sup> Gilda Maria Cardoso Machado é de que não abre mão do cartão (AFE) enquanto sua possibilidade de renda não for recuperada.

### **RELATO – Edna de Assis Mendonça**

**Nome completo:** Edna de Assis Mendonça.

**Comunidade/GB:** Rosário

**Telefone de contato:** (31) 983937608 ou (31) 982799914

No dia 14 de agosto, a Sr.<sup>a</sup> Edna de Assis Mendonça, compareceu a Assessoria Técnica apresentando uma carta/comunicado da Fundação Renova informando o cancelamento do Auxílio Financeiro Emergencial – AFE.

A Sr.<sup>a</sup> Edna relatou que recebia o cartão desde 2017 e que conseguiu após diversas reivindicações junto às outras cortadoras de cana, pois a Fundação Renova não as reconhecia como atingidas, trabalhadoras rurais.

**Relata que cortava cana e após o rompimento da barragem da mineradora Samarco perdeu seu trabalho.** A Sr.<sup>a</sup> Edna também relatou que na segunda feira recebeu o telefonema requerendo seus documentos e logo após foi informando o sobre o corte de cartão. A senhora Edna já era pensionista na época do rompimento da barragem e possui muito medo de que seu AFE tenha sido cortado por este motivo, mas destaca que além da pensão ela trabalhava no corte de cana por necessidade de compor a sua renda. No documento que foi enviado para sua casa, a Fundação Renova afirma que a mesma não sofreu impacto direto, e que os “dados informados não foram suficientes para comprovar o comprometimento de renda e a interrupção das atividades produtivas e econômicas do qual senhora Edna dependia”.

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

A Sr.<sup>a</sup> Edna é idosa e vive em uma residência com suas filhas e netos, relata que a renda advinda do corte da cana era essencial para o sustento da família e como não a possui mais, tudo ficou mais difícil. Relata que com o rompimento, os gastos com alimentação, saúde, transporte etc. aumentaram, a renda diminuiu e que isso tem levado a sua família a uma situação de muita dificuldade.

### **RELATO – Maria Aparecida Cardoso Mitério**

**Nome completo:** Maria Aparecida Cardoso Mitério

**Comunidade/GB:** Volta da Capela

**Telefone de contato:** (31) 98406-1346

No dia 14 de agosto, a Sr.<sup>a</sup> Maria Aparecida Cardoso Mitério compareceu a Assessoria Técnica informando que a Fundação Renova entrou em contato com ela. Na ligação, a atendente afirmou que dia 02 de setembro a Fundação Renova iria realizar o pagamento referente ao valor do auxílio emergencial normalmente e que, no dia 30 de setembro a mesma iria receber um valor referente ao último pagamento do auxílio, mas a atendente não informou o valor deste último pagamento. A atingida relata que por muito tempo esperou a comunicação por escrito sobre o cancelamento do cartão.

**A Sr.<sup>a</sup> Maria Aparecida relata que trabalha no corte de cana desde a adolescência, assim como suas irmãs. Com a renda do corte da cana somada à renda advinda do trabalho rural (capina, roça, serviços gerais) conseguiu sobreviver e sustentar seus dois filhos e a mãe. Após o rompimento da barragem, ela perdeu o trabalho completamente, pois a fazenda que a empregava foi atingida pela lama e desde então a Fundação Renova disponibiliza caminhões de cana para o proprietário. Com o seu trabalho, assim como de todas as cortadoras e cortadores de cana em Barra Longa, não se dava de forma regulamentada, com o rompimento da barragem a Fundação Renova não a reconheceu como trabalhadora rural e exigiu que ela e as demais apresentassem um documento que comprovasse o vínculo empregatício. Após muitas manifestações a Sr.<sup>a</sup> Maria Aparecida conseguiu o seu Auxílio Financeiro Emergencial.**

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

A Sr.<sup>a</sup> Maria Aparecida declara que recebe o auxílio desde 2016. Destaca que todos os canaviais em que trabalhava foram levados pela lama de rejeitos após o crime ambiental. A Sr.<sup>a</sup> Maria Aparecida narra que já era aposentada quando passou a receber o auxílio emergencial, e o corte de cana era uma das fontes de renda para o sustento da família, que as condições econômicas não foram restabelecidas, uma vez que não há possibilidade de encontrar trabalho no corte de cana. A Sr.<sup>a</sup> Maria Aparecida destaca ainda que reside com sua mãe Teresinha Cardoso que é idosa e dependente financeiramente da mesma e que utiliza o valor do auxílio emergencial para a quitação da casa própria e para as despesas da casa no geral como água, luz e alimentação.

A ausência do auxílio, somada ao aumento dos gastos após o rompimento da barragem tem as colocado em uma situação de endividamento (pois tinham o compromisso fixo da quitação da casa própria), vulnerabilidade social e tem aprofundado as questões de adoecimento tanto dela quanto de sua mãe.

### **RELATO – Rogério de Castro Ferreira**

**Nome completo:** Rogério de Castro Ferreira

**Comunidade/GB:** Rosário

**Telefone de contato:** 98264-7687

No dia 07 de Agosto de 2019, o senhor Rogério de Castro Ferreira procurou a Assessoria Técnica para informar que a Fundação Renova entrou em contato com o mesmo no dia 06 de Agosto afirmando que este teria o auxílio emergencial finalizado, tendo direito a receber o cartão até o mês de setembro, quando receberia três vezes o valor que recebe mensalmente. **Rogério, antes do rompimento da barragem, trabalhava no ramo da construção civil, na fábrica de lajes.**

Após o crime ambiental, o mesmo ficou desempregado desde a data da chegada da lama até fins de 2018, quando conseguiu retomar o emprego na mesma fábrica. Rogério começou a receber o cartão em março de 2016 e, segundo a Fundação Renova, a suspensão do cartão se justifica pelo fato do mesmo



**AEDAS**  
**Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**  
CNPJ: 03.597.850/0001-07  
Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530  
Fone (031) 3327-2831

já não se enquadrar nos critérios do auxílio emergencial, enfatizando que o mesmo foi “impactado indiretamente”.

Na ligação recebida por Rogério, a Fundação Renova ainda afirmou que o mesmo não teria direito à indenização. Após esse contato, o atingido ligou para a Ouvidoria que disse que o mesmo teria o cartão cancelado, porém recebendo o valor até o mês de outubro. Rogério ressalta que retomou a atividade de trabalho, porém o mesmo não possui carteira assinada e, portanto frágil vínculo empregatício. Rogério reivindica o retorno do pagamento do AFE e o seu reconhecimento enquanto atingido.

### **RELATO – Oneida Maria de Castro**

**Nome completo:** Oneida Maria de Castro

**Comunidade/GB:** Rosário

**Telefone de contato:** (31) 995566516

No dia 07 de Agosto de 2019, a senhora Oneida Maria de Castro compareceu a Assessoria Técnica dos Atingidos informando que a Fundação Renova entrou em contato com ela no dia 06 de agosto quando comunicou que a mesma teria o auxílio emergencial cancelado. Na ligação feita, a atendente afirmou que Oneida foi impactada indiretamente e que a suspensão do cartão seria realizada, pois a mesma iria ser contemplada em outro programa da Fundação, porém a Fundação não esclareceu qual programa. A ligação foi finalizada com a atendente elucidando que Oneida não teria que “devolver” os valores que recebeu durante o período que teve direito ao auxílio emergencial, e informou que a última parcela do cartão seria recebida em setembro.

Oneida relata que quando a barragem rompeu a atingida continuou o seu trabalho com o trailer por alguns meses em um container, um pouco afastada da sua moradia. Posteriormente, com o tráfego dos caminhões para retirada da lama Oneida precisou deixar sua moradia (localizada na Rua Matias Barbosa) e se mudar, assim como levar suas mercadorias para a casa em que ela alugou (localizada na

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

rua Santa Terezinha, 202). Teve que deixar a casa devido à poeira e a impossibilidade de estar no meio do canteiro de obras, seu estabelecimento ficava, na época, cercado por caminhões e máquinas. Oneida passou a receber desde então o Auxílio Financeiro Emergencial pela perda da Renda e impossibilidade de desenvolver seu trabalho.

**Oneida, que antes da lama trabalhava como comerciante (possuía um trailer na porta da escola)** tendo um ganho aproximado de R\$ 3,500 reais, teve as atividades suspensas após as reformas realizadas pela Fundação Renova na rua onde ela trabalhava. Oneida enfatiza que não retomou as atividades que lhe forneciam renda e que foram interrompidas devido atividade da Fundação Renova.

Fernando, seu marido, após o rompimento da barragem, adquiriu problemas de saúde mental e ficou sem trabalho por um longo período. Hoje está trabalhando em horta. Oneida possui um filho de 27 anos que reside em Ponte Nova e depende financeiramente dela. Sua filha Liliane de 28 anos e Gracieli de 30 também dependem da mãe para o sustento. Além disso, Oneida ajuda na criação dos netos Arthur, Miguel, Maria Cecília e Luiz Felipe. Portanto, o retorno do recebimento do AFE se faz urgente e necessário para que Oneida possa sair da situação de fragilidade em que ela e sua família se encontram devido à suspensão do pagamento do auxílio e da não retomada do trabalho.

Oneida afirma ter procurado a Fundação Renova para esclarecimentos, porém o escritório estava fechado nas semanas em que recebeu a notícia. Afirma que um dos funcionários da Fundação Renova a informou que ela também não teria direito à indenização e chegou a orientar que Oneida recorresse ao sistema de justiça. Oneida seguiu as orientações e hoje seu processo de revisão do AFE encontra-se “na mão de um advogado”. Oneida não soube apresentar maiores informações sobre o processo, o que evidencia o equívoco da Fundação Renova ao orientá-la desta maneira.

### **RELATO – Escarlete Aparecida dos Santos Inocência**

**Nome completo:** Escarlete Aparecida dos Santos Inocência

**Comunidade/GB:** Gesteira/Mutirão/Mariana

**Telefone de Contato:** (31) 98223-5100

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

No dia 23 de junho de 2020, a Assessoria Técnica da Barra Longa entrou em contato com a atingida Escarlete Aparecida dos Santos Inocêncio com intuito de compreender sobre sua realidade socioeconômica no contexto anterior e posterior ao rompimento da Barragem de Fundão em 2015.

Escarlete inicia seu relato contextualizando sua conformação familiar no período que antecedeu o crime ambiental. A mesma afirma que residia na fazenda, mais especificamente no “Arraial de Gesteira”, juntamente com seu marido João Deusidete Inocêncio, que exercia ofício de caseiro na fazenda, e sua filha Emaciele Santos Inocêncio, a qual Escarlete destaca possuir algumas deficiências com relação à saúde, como sobrepeso, hipertensão e dificuldades de locomoção devido a uma fratura que tivera no pé. **A renda da família era composta, portanto do salário do marido como caseiro, de suas atividades como diarista e pelas vendas de verduras que cultivava em seu quintal assim como a comercialização de ovos.**

No entanto, Escarlete considera que sua vida se transformou de forma extremamente abrupta. A atingida relembra que no dia em que a barragem rompeu, estava no hospital da Baleia em Belo Horizonte, acompanhando o seu marido que estava em tratamento de um câncer. Segundo a mesma, a força da lama de rejeitos destruiu as pontes que davam acesso à sua casa e devido a isso, Escarlete e João Deusidete não tiveram outra opção senão ficar “de favor” na casa de parentes em Barra longa por um período de um mês. Sua filha também ficou na mesma condição sendo hospedada por parentes neste mesmo período. Observa-se que a família esteve separada durante este tempo.

Passados um mês após o rompimento, Escarlete e a família conseguiram voltar para a comunidade de Gesteira, mas não para sua casa, pois a mesma estava ilhada. Neste período, a família foi acolhida e passou morar na casa de sua sogra. A atingida relata que foi um momento muito difícil, pois necessitava cuidar do marido que estava realizando o tratamento de quimioterapia e radioterapia, afastados de sua moradia. Neste momento a renda da família foi reduzida ao auxílio doença, já que o marido havia sido afastado do trabalho.

Escarlete acrescenta que em 2016, sua casa foi saqueada no período em que a moradia esteve “ilhada”. A mesma afirma que levaram relógio, dvd, galinhas e outros pertences. A dificuldade com acesso teve implicações ainda maiores, segundo Escarlete seu marido faleceu após ter se sentido mal e, devido a precariedade das estradas alagadas pelas chuvas, seu marido foi socorrido à cavalo nos

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

primeiros trechos da estrada o que atrasou a chegada ao hospital e seu marido veio a falecer, portanto em 2017, após este episódio.

No que tange ao auxílio financeiro emergencial (AFE), Escarlete afirma que passou a receber o cartão, seis a oito meses após o rompimento da Barragem. Destaca que foi cadastrada pela Fundação Renova, mas apenas a mesma recebia o AFE. Contudo no ano passado, no mês de agosto, Escarlete foi surpreendida por uma ligação realizada pela Fundação Renova anunciando a suspensão do AFE. A instituição responsável pela reparação considerou que Escarlete “não sofreu tantas perdas” e informou que no mês de setembro seria paga a última cota do auxílio e que a mesma receberia uma carta detalhando a situação.

Viúva, sem trabalho na roça e em um local deserto, Escarlete decidiu mudar juntamente com sua filha para a cidade de Mariana, mesmo sem nunca ter morado na cidade. Atualmente sobrevive da pensão do marido e com ajuda dos filhos para pagar aluguel e custear suas despesas.

Em Mariana, Escarlete eventualmente consegue trabalhos como diarista, e afirma ter vontade de voltar para casa de Barra Longa. No entanto, diz que hoje não é possível retornar, pois os danos com relação à moradia não se limitaram a perda de acesso. Segundo Escarlete, o intenso tráfego de caminhões e veículos pesados próximo a sua residência, prejudicaram a estrutura da casa. A atingida relata que os técnicos da Fundação Renova chegaram a ir até sua casa, tiraram fotos, mas ela não teve nenhuma devolutiva. Quando se mudou, não teve condições de levar os móveis, pois não obteve nenhum suporte da Fundação Renova para tal. Assim, segundo Escarlete, aqueles móveis que não foram saqueados, estão mofando e se deteriorando. Os móveis da casa em que reside em Mariana foram todos doados.

Escarlete considera que atualmente necessita arcar com gastos que não seriam necessários caso a barragem não tivesse rompido, ou seja, poderia estar comercializando ovos e verduras de sua horta, sem precisar arcar com aluguel em outra cidade. Ademais a mesma ressalta que é cardíaca e que possui muitos gastos relacionados à saúde. Escarlete diz que “perdeu o esposo, a vida que tinha antes” e a Fundação Renova jamais a chamou para negociar indenização.

**RELATO – Fabiana Luíza Rosa**



**AEDAS**  
**Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**  
CNPJ: 03.597.850/0001-07  
Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530  
Fone (031) 3327-2831

**Nome completo:** Fabiana Luíza Rosa

**Comunidade/GB:** Volta da Capela

**Telefone de Contato:** (31) 98409-9120

No dia 21 de junho de 2020, a Assessoria Técnica dos Atingidos de Barra Longa, entrou em contato com Fabiana Luíza Rosa. Neste sentido, o contato teve como finalidade explicitar acerca do movimento de levantamento das famílias que tiveram seu auxílio emergencial finalizado.

Assim, ao iniciar seu relato, **Fabiana afirma que quando houve o rompimento estava desempregada e seu marido, Leony Basílio Costa trabalhava como servente de obras.** Nesta época, a família morava no centro de Barra Longa e tinham uma filha, chamada Isabela Luíza Rosa Machado. Após o rompimento, Fabiana destaca que o marido perdeu o emprego e, em seguida a família se mudou para uma casa no mesmo terreno de seu sogro localizada na comunidade Volta da Capela. Neste período, Fabiana se deslocou até a Fundação Renova e expôs a situação familiar, tempos após, a mesma conta que a família foi cadastrada e Fabiana passou a receber o auxílio financeiro emergencial. Segundo Fabiana o auxílio financeiro emergencial estava em seu nome por conta do cadastro e a mesma recebeu as parcelas até o ano passado, no mês que acredita ser setembro.

Quando recebeu a notícia que teria o AFE suspenso, Fabiana já era mãe de Pedro Henrique Basílio, além de Isabela. Na época, a atingida relembra que tanto a mesma como o marido estavam desempregados, quando recebeu uma ligação da Fundação Renova afirmando que após pesquisas realizadas pela instituição, Fabiana teria as parcelas suspensas por não encaixar nos critérios referentes ao AFE. A mesma chegou a reiterar que naquele momento, tanto ela quanto o marido estavam desempregados. De toda forma, a Fundação afirmou que não haveria possibilidade de reavaliação da situação e que a partir daquela ligação, Fabiana receberia mais um mês o Auxílio Financeiro Emergencial, em uma cota superior aos valores recebidos normalmente. A Fundação chegou a orientar que Fabiana recorresse ao sistema de justiça e que nada poderia suspender a decisão de corte.

Atualmente, Fabiana encontra-se vinculada a uma empresa terceirizada e o companheiro permanece desempregado. A atingida alega que seu esposo, chegou a trabalhar alguns meses na

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

terceirizada “aglo flor”, no entanto, o seu vínculo foi rompido nos primeiros três meses e ele nunca conseguiu se estabelecer em qualquer trabalho nas terceirizadas.

Sobre o contexto atual, Fabiana considera que se não fosse a renda básica emergencial, ela e a família estariam passando por diversas dificuldades financeiras, embora a mesma tenha sido contratada para executar serviços rurais. Para além destas questões expostas, Fabiana aponta para um elevado gasto, uma vez que seu filho mais novo, além de ter nascido sem um rim, também foi diagnosticado com bronquite. A atingida relata que para além dos preços do mercado que tiveram aumento considerável, os gastos com saúde se elevaram muito, já que o filho mais novo faz acompanhamento particular na cidade de Ponte Nova.

### **RELATO – Adeilton Alves Basílio**

**Nome completo:** Adeilton Alves Basílio

**Telefone de contato:** (31) 99886-6348 / (31) 98247-5618

**O Sr. Adeilton relatou que trabalhava na construção civil como pedreiro e até a chegada da lama nunca faltava trabalho.** Entretanto desde que a cidade foi atingida ele não conseguiu trabalho chegando a ficar mais de um ano completamente desempregado. Desde então ele relata que vêm trabalhando apenas com “bicos”, mas que mesmo estas oportunidades são poucas.

O Sr. Adeilton informou que tentou uma vaga de trabalho junto às empresas que chegaram ao município, mas como não possui registro de pedreiro em sua carteira de trabalho uma das empresas alegou que só poderia oferecer a ele uma vaga como servente, cargo com salário muito inferior a renda antes por ele auferida. Mesmo assim o Sr. Adeilton destacou que nunca foi chamado pelas empresas terceirizadas que atuam no município.

O Sr. Adeilton informou que devido a falta de emprego buscou pelo auxílio financeiro emergencial durante 2 anos e somente após várias solicitações conseguiu acesso ao benefício.



**AEDAS**

**Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

Entretanto relatou que funcionários da Fundação Renova foram até a casa de sua mãe e solicitaram que o mesmo comparecesse ao um de seus escritórios para conversar sobre o auxílio financeiro emergencial.

Após ter sido informado por seus familiares o Sr. Adeilton relatou foi até um dos pontos de atendimento da Fundação em Barra Longa. Lá foi informado que alguns auxílios seriam cortados na cidade e que ele seria uma das pessoas a deixar de receber o recurso. Segundo o Sr. Adeilton foi solicitado a ele que assinasse um documento sobre o corte do auxílio.

O Sr. Adeilton relatou que desde que deixou de receber o auxílio financeiro emergencial passou a enfrentar muitas dificuldades entre as quais se coloca o prejuízo as despesas da família com alimentação. Além disso o Sr. Adeilton informa que pagava aluguel e estava construindo sua casa própria, mas que a dificuldade de conseguir um trabalho e a perda do auxílio fez com ele tivesse que se mudar com sua esposa, Tayana Aparecida Nascimento Conegundes, e sua filha, Helena Basílio Conegundes, hoje com 1 ano e 3 meses, para a casa ainda em construção, pois não teve mais condições de arcar com aluguel.

O Sr. Adeilton observou que como a sua filha é pequena, a sua esposa não trabalha fora e por isso é único responsável pelo sustento da família. Assim considerando a sua preocupação em garantir o sustento de sua família ele passou a procurar trabalho em outros município da região, mas ainda não conseguiu uma inserção formal.

### **RELATO – Maria das Graças Augusto Alexandrino**

**Nome completo:** Maria das Graças Augusto Alexandrino

**Telefone de contato:** (31) 982200300

A Assessoria Técnica dos Atingidos de Barra Longa entrou em contato com a atingida Maria das Graças com a finalidade de realizar um levantamento das famílias que tiveram seu auxílio emergencial finalizado. Maria das Graças, 59 anos de idade, mora atualmente no bairro Santa Rita com a filha Leidiane e as duas netas, Nicole e Natália.

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

No relato, Maria das Graças disse que na época do corte do cartão, recebeu uma ligação da Fundação Renova apenas informando do corte, sem apresentar explicações. **Antes do rompimento da barragem trabalhava com crochê, e era babá de uma criança.** Com a chegada da lama a casa em que morava de aluguel no Morro vermelho foi afetada, e ela teve que ir para roça. Ela fez o cadastro da Fundação Renova e uma funcionária da Fundação orientou que abrisse uma conta e organizasse um documento para que a Renova depositasse o dinheiro para pagamento do aluguel, a conta foi aberta porém, nunca houve depósito algum.

Atualmente, está pagando aluguel por conta própria. Conseguiu aposentar antes do corte do cartão. As netas estudam e a filha está desempregada, o marido da filha fica na roça, mas está sem emprego no momento. Informou que a casa que ela residia pagando aluguel quando a lama chegou, foi reformada pela Fundação Renova. A atingida também relatou ter problemas de pressão alta e depressão. Não se recorda quanto tempo recebeu o auxílio. Não tem acesso à internet, por isso não consegue acompanhar reuniões virtuais.

### **RELATO – Luiza Laura Lanna**

**Nome completo:** Luiza Laura Lanna

**Comunidade/GB:** Centro

**Telefone de contato:** (31) 983356333

A Assessoria Técnica dos Atingidos de Barra Longa entrou em contato com a atingida Luiza Laura Lanna com a finalidade de realizar um levantamento das famílias que tiveram seu auxílio emergencial finalizado.

**Luiza Laura é psicóloga,** relata que perdeu sua renda em novembro de 2015 com o rompimento da barragem. O rompimento prejudicou suas condições de trabalho tendo em vista que o consultório onde realizava os atendimentos foi afetado com a chegada da lama na cidade de Barra Longa. Seu

**AEDAS****Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

consultório era localizado à Rua Matias Barbosa, 23 (fundos), em baixo da casa da família. Devido o trânsito pesado de caminhões e o grande barulho ficou inviável trabalhar naquele local.

Segundo relato da atingida, até hoje ela não entende como se deu os procedimentos em relação ao cartão. Na ocasião em que os cadastros foram realizados ela preencheu os documentos alegando perda da renda e explicando a dificuldade de realizar atendimentos no seu consultório devido as interferências externas causadas pelos processos de reparação. Explicou que morava com mãe e os irmãos, sendo que sua irmã também teve a renda afetada e era curadora de sua mãe que estava com problemas de saúde. O cadastro foi realizado em nome da mãe, Maria Celse Lanna onde ela foi reconhecida como sua dependente, o que segundo Luiza Laura, era uma informação incoerente. Luiza buscou dialogar com alguns funcionários da Fundação Renova para correção dos dados apresentados, porém não obteve êxito.

A partir de então começou receber o AFE, porém sem entender a situação, se o direito era dela, ou da mãe e se questionando sobre o porquê a colocaram como dependente da mãe se ela tinha uma renda anterior ao rompimento, que foi atingida. Também realizou manifestação escrita explicando a situação, durante os anos de 2016 e 2017 dizendo que não ficou claro quem era responsável pelo cartão. Mas não obteve resposta. Em agosto de 2019 recebeu a ligação da Renova comunicando sobre o corte do cartão. Porém não houve uma explicação dos motivos do corte. Apenas disseram que o cartão era apenas para quem não possuía renda. Após o comunicado, recebeu um valor, porém não sabe quanto, pois não se recorda.

Atualmente, está morando com os irmãos na casa alugada pela Fundação Renova, a mãe veio a falecer. Depois de várias tentativas conseguiu que a Renova alugasse um local para o seu consultório. A casa da família ainda se encontra fechada.

### **RELATO – Geraldo Sérgio da Cruz**

**Nome completo:** Geraldo Sérgio da Cruz**Comunidade/GB:** Centro**Telefone de contato:** (31) 982827931



**AEDAS**

**Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530

Fone (031) 3327-2831

No dia 21 de janeiro de 2021, a Assessoria Técnica de Barra Longa realizou o atendimento online da Sra. Rosilda Gomes Coimbra da Cruz, em nome do Sr. Geraldo Sérgio da Cruz. Em relato a atingida informou que no mês de janeiro de 2021 percebeu que o auxílio financeiro emergencial recebido pela família no nome de Geraldo Sérgio da Cruz foi reduzido pela metade, sem que houvesse nenhuma comunicação prévia acerca do corte.

A atingida afirma que o auxílio financeiro emergencial recebido pela família é referente à perda do quintal produtivo, onde antes eram colhidas frutas e verduras, e que após o rompimento da barragem de Fundão e a passagem do rejeito, tornou-se improdutivo. Os alimentos antes produzidos no quintal eram utilizados para consumo próprio e evitavam gastos extras com alimentação.

Diante da impossibilidade de continuar produzindo, todos esses alimentos passaram a ser comprados no supermercado, o que gerou um aumento dos gastos com alimentação e perda da qualidade nutricional. A atingida reforça que, além disso, o marido passou a ter problemas de saúde, que não possuía antes do rompimento, o que gerou considerável aumento nos gastos com saúde e medicação. Ressalta-se que passados cinco anos desde o rompimento da barragem de Fundão, o quintal segue improdutivo por conta da passagem de rejeito e as árvores frutíferas plantadas pelas empresas se quer se desenvolveram.

Sendo assim, o Sr. Geraldo Sérgio da Cruz reivindica o direito à manutenção do valor integral do auxílio financeiro emergencial para a família até que as condições anteriores ao rompimento sejam reestabelecidas.